

Outubro

[29] Obesidade Mórbida – razões de tratamento. Com Sizenando Ernesto de Lima Jr. Instituto da Psicanálise Lacaniana. Inscrição: R\$ 20,00. Local: Al. Lorena, 1.257 – casa 1 – Jardim Paulista. Informações pelo telefone: (11) 3061-2676/0947. Site: www.ipla.org.br ou e-mail: cep@centropsicanalise.com.br

Outubro e novembro

05/10 e 16/11 (quintas-feiras)

Curso “Técnicos de Abrigos”.

Realização: Centro de Capacitação e Incentivo à Formação de Profissionais, Voluntários e Organizações que Desenvolvem Trabalho de Apoio à Convivência Familiar. Local: Rua Manuel de Paiva, 226, Vila Mariana, São Paulo/SP, Próximo ao metrô Ana Rosa. Telefone: (11) 5081-5284/5203.

Novembro

[1 a 4] XV Congresso Brasileiro de Psicodrama / 8º Encontro de Professores de Psicodrama / 6º Encontro de Coordenadores de Ensino.

Local: UNIP – Universidade Paulista, Rua Dr. Barcelar, 1212, Vila Clementino, São Paulo/SP. Informações: (11) 3873.3467. Inscrições: <http://www.febrap.org.br/xvcbp>

[1 a 4] XVI Encontro Brasileiro do Campo Freudiano: Nomes do Amor. Local: Belo Horizonte, Minas Gerais. Realização da Escola Brasileira de Psicanálise. Mais informações e inscrições no site: www.ebp.org.br e e-mail: nomesdoamor@veloxmail.com.br

[15 e 16] Seminário Brasileiro de Psicologia e Informática e II Jornada NPPI. Organização: CRP SP, juntamente com o Núcleo de Pesquisas da Psicologia em Informática (NPPI). Telefone: (11) 3061-9494, ramais 151 ou 128. Mais informações pelo site: www.crp.org.br ou email: infoeventos@crp.org.br

[17 e 18] Workshop com LeAnne Hardy – “Aprendendo a fazer Histórias e Estórias: metodologia da criatividade”.

A promoção é da Pós-Graduação ISBL e ALUMNI - Associação de Ex-Alunos da Pós-Graduação ISBL. Mais informações: (43) 3379.7200; isblpos@gmail.com; www.isbl.org.br/pos

[17 a 19] XIV Congresso Internacional da Associação Junguiana do Brasil. Promoção: Instituto de Psicologia Analítica de Campinas. Local: Rua Veríssimo Prado, 1500 – Estância de São Pedro/SP. Telefone: (19) 3481-9999 / Reservas: 0800 13 1009.

[21] Audiovisual: “Para Conhecer... Jacques lacan” (gratuito). Local: Centro de Estudos Psicanalíticos / Rua Alm. Pereira Guimarães, 378 - São Paulo – SP. Mais informações pelo telefone: (11) 3865-0017 / 3864-2330. Site: www.centropsicanalise.com.br ou e-mail: cep@centropsicanalise.com.br

[24] Debate: “O psicofármaco põe em risco o tratamento psicanalítico?” (gratuito). Local: Centro de Estudos Psicanalíticos / Rua Alm. Pereira Guimarães, 378

São Paulo – SP. Mais informações pelo telefone: (11) 3865-0017 / 3864-2330. Site: www.centropsicanalise.com.br ou e-mail: cep@centropsicanalise.com.br

Dezembro

[1º e 2] I Jornada de Boas Práticas no Tratamento da Dependência de Substâncias. Local: Travel Inn Ibirapuera - Live & Lodge - R. Borges Lagoa, 1209 – Ibirapuera – São Paulo/SP. O evento tem promoção da Unidade de Pesquisa de Álcool e Drogas - UNIAD – UNIFESP. Mais informações com Alex ou Tatiane – Tel: (11) 5571.0493 ou 5575-1708

[1º] Reunião Temática: “Existe uma língua psicanalítica?” Local: Centro de Estudos Psicanalíticos / Rua Alm. Pereira Guimarães, 378 - São Paulo – SP. Mais informações pelo telefone: (11) 3865-0017 / 3864-2330. Site: www.centropsicanalise.com.br ou e-mail: cep@centropsicanalise.com.br

2007

[7 de março - 27 de junho] Curso Expansão em Psicologia Hospitalar do Núcleo Psicanalítico de Estudos em Psicologia Hospitalar. Local Hospital do Servidor Público Estadual de São Paulo. Informações: (11) 5088-8632 - das 9 às 11h.

psi

jornal de psicologia



crp sp

número 149 • outubro | dezembro 2006

Sob fogo cerrado

Crise no sistema penitenciário chega às ruas



02

Editorial

Formação

Oficinas da ABEP ressaltaram a formação e qualificação dos psicólogos no SUS

06

Interior

I Oficina Regional da ABEP mobilizou a categoria no interior de SP

Ciência e Profissão

Saúde mental no PSF é um desafio para a Psicologia

Conversando com o Psicólogo

O psicólogo, ainda que tenha que contrariar a instituição onde trabalha, deve denunciar casos de violência contra os Direitos Humanos

09

Políticas Públicas

Serviços dão atendimento psicológico a parentes de vítimas de violência

Orientação

CFP já estabeleceu as orientações para uso da acupuntura e hipnose como recursos complementares e auxiliares da Psicologia

12

Seção Aberta

Os ataques do PCC revelaram uma crise no sistema prisional e na segurança pública

Questões Éticas

Avaliação psicológica para Carteira Nacional de Habilitação exige ética

16

Um Mundo Melhor é Possível

A Parada GLBT joga luz aos direitos da comunidade homossexual do Brasil

Opinião

O jornalista José Maria de Aquino comenta a influência da Copa do Mundo de futebol no comportamento social

19

Nuestra América Latina

Psicologia latino-americana ganha maior identidade com III Seminário Internacional no México

Livros

Renata Paparelli analisa a obra "Escritos de Louis Le Guillant - da Ergoterapia à Psicopatologia do Trabalho", de Beth Antunes

21

Estante

22

Mural

Agenda

Expediente



Conselho Regional de Psicologia SP

Psí Jornal de Psicologia CRP SP é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidente | Maria da Graça Marchina Gonçalves
Vice-presidente | Maria Ermínia Ciliberti
Secretária | Andréia de Conto Garbin
Tesoureiro | Elisa Zaneratto Rosa

Conselheiros efetivos

Andréa Torres, Andréia de Conto Garbin, Chica Hatakeyama Guimarães, Débora Cristina Fonseca, Elcimar Meire da Rocha Mantovani, Elcio dos Santos Sequeira, Elisa Zaneratto Rosa, Fátima Regina Riani Costa, José Roberto Heloani, Maria da Graça Marchina Gonçalves, Maria Cristina Barros Maciel Pellini, Maria Ermínia Ciliberti, Maria José Medina da Rocha Berto, Marilene Proença Rebello de Souza, Patrícia Garcia de Souza.

Conselheiros suplentes

Ana Paula Pereira Jardim, Adriana Eiko Matsumoto, Carmem Sílvia Rotondano Taverna, Daniela Fogagnoli, Elda Varanda Dunley Guedes Machado, Lumena Celi Teixeira, Maria Izabel do Nascimento Marques, Oliver Zancul Prado, Sandra Elena Sposito, Sueli Ferreira Schiavo, Valéria Castro Alves Cardoso Penachini, Vera Lúcia Fasanella Pompílio, Zuleika Fátima Vitoriano Olivari

Gerente-geral Diógenes Pepe

Comissão de Comunicação

Coordenadora | Andréa Torres

Membros | Lumena Teixeira, Sueli Ferreira Schiavo e Oliver Zancul Prado

Edição e textos AIPY Comunicação Expandindo Horizontes

(11) 3487 2092

Jornalista Responsável H Carrijo (MTb 17296)

Colaboração Roberto Lima e Ana Paula Kuntz

Projeto gráfico e Editoração Fonte Design (11) 3864 8974

Ilustrações Juliana Migueletto e Roberta Paol

Foto da Capa e da Seção Aberta Fernando Donasci/Folha Imagem

Impressão Gráfica Esdeva

Tiragem 55.000 exemplares

Periodicidade bimestral

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América

cep 05410-020 São Paulo - SP

tel. (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br

Diretoria | direcao@crpsp.org.br

Informações | info@crpsp.org.br

Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br

Administração | admin@crpsp.org.br

Jornal de Psicologia | jornal@crpsp.org.br

Site http://www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 3322 6224, 3322 3932

Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020

Campinas | tel. (19) 3243 7877, 3241 8516

Ribeirão Preto | tel. (16) 3620 1377, 3623 5658

Grande ABC | tel. (11) 4436 4000, 4427 6847

Baixada Santista e Vale do Ribeira | tel. (13) 3235 2324, 3235 2441

São José do Rio Preto | tel. (17) 3235 2883, 3235 5047

Vale do Paraíba | tel. (12) 3631 1315

“Policial não precisa de arma, e sim de computador, não precisa de colete à prova de balas, e sim de informação e conhecimento”

Mariana Montoro

“A inserção de equipes de saúde mental no PSF é o maior desafio da Psicologia, porque está posto que para atender os pacientes mais difíceis, nos lugares mais complexos, em cidades violentas, com pacientes complicados, são necessários profissionais da saúde mental”

Antonio Lancetti

“O psicólogo, mesmo se sentindo solitário, sem apoio, deve ser ético e denunciar casos de tortura”

Irene Pires

“A Oficina Nacional da ABEP sobre Psicologia e Saúde Pública foi um processo vivo e dinâmico, que permitiu uma rica troca de experiências entre estudantes, professores, gestores de cursos e psicólogos”

Glória Elisa Bearzotti Pires von Buettner

A paz é feita de encontros

Muitos encontros, de todos os tipos. Encontros de gente parecida, com os mesmos propósitos. De gente diferente, que se respeita. Encontros da ciência com a realidade e da realidade com a ciência. Encontros da pesquisa com a prática profissional. Encontros dos especialistas com os políticos e, principalmente com os cidadãos. Neste jornal falamos de alguns desses encontros, queremos a Psicologia em muitos deles.

Tivemos um grande exemplo da possibilidade do encontro na própria Psicologia. Toda a sua diversidade esteve presente no II Congresso Brasileiro Psicologia Ciência e Profissão. Foram mais de oito mil pessoas, psicólogos, estudantes, professores e pesquisadores trabalhando para que a ciência e a profissão estivessem frente a frente debatendo as dívidas históricas da Psicologia com a sociedade brasileira. Outro exemplo importante ocorreu na parceria entre a ABEP (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia) e os Conselhos de Psicologia, durante as oficinas que apontaram para a necessidade de formar psicólogos para atuar no SUS. As demandas da área da saúde para a Psicologia são muitas e passam pela formação, onde começa o compromisso dos profissionais com uma atuação que contribua para o fortale-

cimento do SUS, que coloque o saber psicológico a serviço da promoção da saúde, que seja capaz de criar alternativas para atender situações diversas, mas que têm em comum um sofrimento que a Psicologia pode contribuir para amenizar.

Por isso, falamos também da Psicologia no PSF (Programa da Saúde da Família). Esse é um espaço em que os encontros devem ser construídos para que o programa atinja seus objetivos. Os diferentes profissionais da saúde, no encontro entre si e com os agentes comunitários, devem aguçar seu olhar e sua escuta para aplicar seu conhecimento com competência. A Psicologia deve ocupar seu lugar nesse encontro.

Nas reflexões sobre o exercício profissional, que aqui apresentamos, outros encontros têm lugar. O encontro com a técnica, pautado pela ética. O encontro com o poder, das chefias e das instituições: como respeitar sem se curvar? O encontro com as possibilidades: atender vítimas de violência, fazer intercâmbios.

A Psicologia deve também participar do encontro da sociedade com suas mazelas. Encontro de enfrentamento, que requer coragem para pensar os problemas desde a raiz. A explosão de violência que temos presenciado e vivido não pode ser

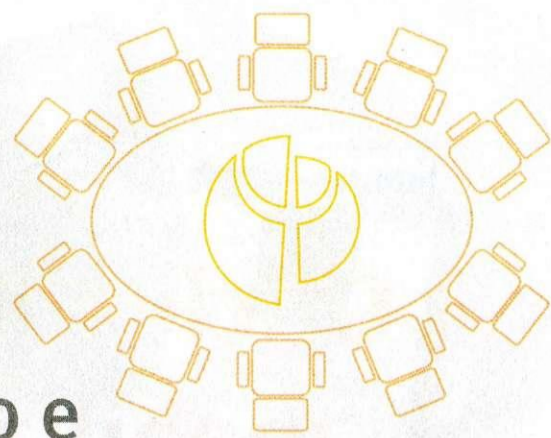
pensada de forma simplista. A complexidade de fatores que revela requer que profissionais e especialistas de várias áreas se dediquem a encontrar caminhos para sua superação. Requer encontros em que a franqueza das avaliações permita pensar de forma ampla; em que várias dimensões de análise tenham lugar; em que a dimensão subjetiva seja considerada em seus diversos matizes: o medo, mas também o empoderamento; a agressividade, mas também a anulação de sujeitos; as coletividades, mas também as individualidades; o que reprime, mas também o que emancipa. Enfim, a Psicologia pode colaborar para que a sociedade encontre-se consigo mesma e enfrente de forma radical aquilo que gera a violência.

Encontros supõem posições firmes, debate, enfrentamentos. Nem sempre são harmoniosos. Não devem mesmo ser, do contrário podem não ser encontros, apenas formalidades. Encontros fazem a política, a boa política com a qual se escolhe um projeto de sociedade e se luta por ele. Promover encontros e deles participar, levando a Psicologia, essa é a nossa tarefa. Nossos debates mostram esse compromisso e fazem o convite. Encontre-se, conosco, com outros e com todos que apostam no encontro para se ter uma vida de paz. ●

Oficinas da ABEP

ressaltaram a necessidade de formação e qualificação dos psicólogos para o SUS

Parceria entre Ministério da Saúde, ABEP e CRPs envolveu a Psicologia de todo o país.



Não é de hoje que o Brasil precisa aperfeiçoar o atendimento prestado aos pacientes na rede pública de saúde. Para isso, entre outros aspectos, seria necessário formar profissionais voltados para atuar no Sistema Único de Saúde. A constatação é do próprio Ministério da Saúde que tem interesse no processo de aprimoramento da formação de futuros profissionais, incluindo os psicólogos, que possam atuar na área. Hoje, cerca de 20 mil deles trabalham no SUS, o que representa quase 20% do mercado de trabalho para a categoria no país.

Numa ação conjunta, o governo federal, a ABEP (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia) e os Conselhos Regionais de Psicologia se uniram para a criação da "Oficina Nacional da ABEP - Psicologia e Saúde Pública". Precedida de oficinas regionais, o evento serviu para debater a formação e a qualificação de psicólogos para o serviço público. Foram 38 oficinas realizadas em 22 Estados e no Distrito Federal. Cerca de seis mil pessoas participaram dos encontros, que ocorreram de abril a junho de 2006. Finalizando o processo, foi realizada, nos dias 27 e 28 de julho, em São Paulo, com a participação de cerca de 70 representantes de todas as regiões do país, a I Oficina Nacional da ABEP. Na ocasião, foram recebidas as sugestões resultantes das oficinas regionais, na forma de teses.

"A previsão inicial era realizar somente cinco oficinas. Com o apoio dos Conselhos Regionais, conseguimos ir muito além", elogiou o presidente da ABEP, Marcos Ferreira. "Os CRPs auxiliaram tanto na formulação dos eventos quanto na logística necessária à sua realização", complementou. "As oficinas serviram para discutir propostas de como a ABEP pode contribuir para a atuação de profissionais para o SUS", destacou ele.

A psicóloga Glória Elisa Bearzotti Pires von Buettner, membro da diretoria ampliada da ABEP, reforçou os motivos do investimento da Psicologia na área. "Tudo se deu a partir do reconhecimento da necessidade de implementar mudanças nos cursos de formação do psicólogo de modo a intensificar e qualificar a inserção da Psicologia nos contextos de saúde coletiva, além de participar do esforço nacional para que seja mais ampla

e efetiva a implementação do Sistema Único de Saúde", enfatizou. "Além dessa vontade política, outro aspecto que permitiu a concretização da iniciativa foi o movimento nacional de discussão da formação nos cursos de Psicologia associado ao processo de implementação das novas Diretrizes Curriculares para a graduação", acrescentou.

As faculdades e universidades foram apontadas como importantes na ação. Marcos Ferreira ressaltou que dos quase 330 cursos de Psicologia no Brasil, houve a participação de praticamente 75% deles nas oficinas. "Foi um sinal muito positivo, pois mostrou o interesse da academia em interagir com o que acontece aqui fora", disse o presidente da ABEP. Glória Elisa Bearzotti Pires von Buettner, que também coordena o curso de Psicologia da Faculdade de Americana (SP), complementou: "Foi um processo vivo e dinâmico, que permitiu uma rica troca de experiências entre estudantes, professores, gestores de cursos e psicólogos."

No Estado de São Paulo, a partir da parceria entre a ABEP e o CRP SP, foram realizadas dez oficinas na capital, no ABC, em Araçatuba, Assis, Bauru, Campinas, Ribeirão Preto, Santos, São José do Rio Preto e Taubaté. Finalizando todo o processo no país, foi organizada a primeira edição da Oficina Nacional da ABEP com a presença de estudantes, professores e coordenadores de curso participaram dos debates. Marcos Ferreira diz que, em São Paulo, a participação de todas as regiões foi fundamental e deve contribuir para adequação dos cursos de Psicologia às necessidades de cada localidade. A idéia foi engajar São Paulo e mobilizar todos os atores da Psicologia para tirar do papel tudo que está sendo proposto e qualificar a formação dos profissionais de Psicologia em saúde pública.

"A grande participação dos profissionais contribuiu para o sucesso do encontro, que mobilizou o país em busca de estratégias para mudanças na formação do psicólogo. Pela primeira vez, a Psicologia se reuniu como um todo para se aproximar dos espaços de saúde coletiva e iniciar a criação de propostas para mudanças na formação e no atendimento em saúde pública", comentou o presidente da ABEP.

Para Glória Elisa von Buettner, a Oficina Nacional foi um momento importante de sistematização e consolidação desse processo. Ela reiterou que o SUS é um espaço a ser ocupado pelos psicólogos, e que a formação em Psicologia precisa estar fortemente marcada pelo reconhecimento da necessidade de formar profissionais preparados para uma consistente participação social voltada às políticas públicas.

Ela acredita que a ABEP saiu fortalecida com as Oficinas. "A associação mudou radicalmente com a realização das oficinas, que permitiu a criação de núcleos em quase todos os Estados e no Distrito Federal. Dos cinco núcleos que havia, passamos agora para 34, contando com cerca de 300 gestores; ou seja, mais pessoas envolvidas diretamente nas tarefas da entidade", comemorou. De acordo com o presidente da entidade, Marcos Ferreira, também houve um crescimento no número de associados. "O aumento foi substancial. Hoje, já temos mais de seis mil sócios", afirmou. Como desdobramento, o presidente da ABEP anunciou, ainda para este ano, o lançamento de um livro. "O documento trará uma síntese do que foi tratado nas oficinas e deverá ser distribuído em todos os cursos de Psicologia no Brasil", adiantou.

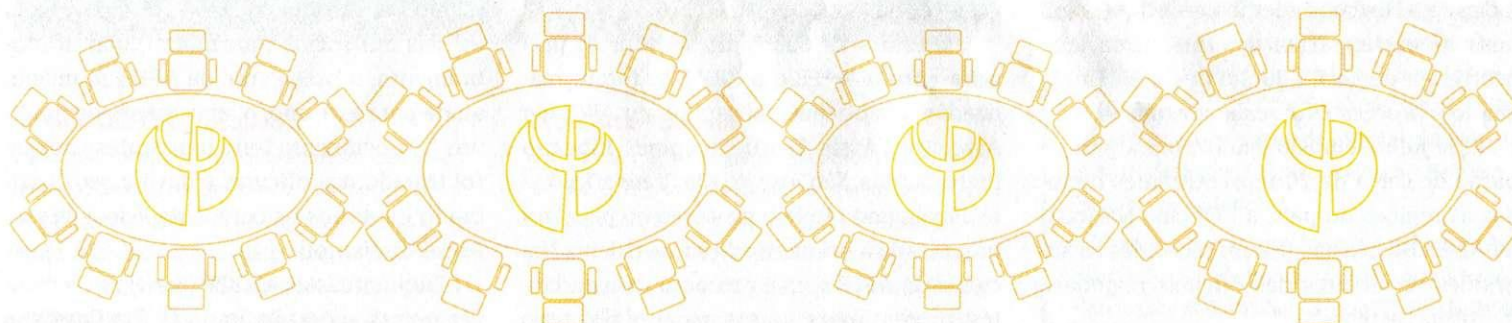
Enquanto isso, a ABEP planeja desenvolver outras ações. Segundo Glória Elisa von Buettner, a entidade está construindo uma agenda coletiva para transformação e fortalecimento da formação em Psicologia, intensificando o diálogo com instâncias governamentais e instituições de ensino, estruturando e articulando os núcleos regionais que capilarizaram a associação em todo o país. "Foi realizado, no dia 8 de setembro, no II Congresso Ciência e Profissão, um encontro com os coordenadores dos cursos de Psicologia no país, para discutir o processo de implantação das Diretrizes Curriculares. Ali, foram destacados os desafios e estratégias necessários para uma mudança de paradigma na formação do psicólogo, de modo a promover uma formação cidadã e democrática, comprometida com a realidade social brasileira, sensível às especificidades regionais e orientada pela noção da integralidade na saúde", disse ela. ●



I Oficina Regional da ABEP

mobiliza a categoria no interior de SP

Mesas-redondas, palestras e conferências proporcionaram debates entre os participantes.



A preocupação sobre a inserção mais significativa da Psicologia na saúde pública não é uma questão que mobiliza apenas a categoria nas grandes cidades. É uma necessidade que se estende por todo o Estado de São Paulo, onde profissionais buscam levar seus conhecimentos a populações menos assistidas. Não foi à toa que as oficinas que a ABEP organizou nas sub-sedes do CRP SP atraíram o interesse de muita gente da área da saúde. De acordo com o presidente da ABEP, Marcos Ferreira, as oficinas cumpriram o objetivo “de fortalecer e melhorar os serviços prestados pelos psicólogos dentro do Sistema Único de Saúde. Nós queremos fortalecer o SUS com uma presença mais forte da Psicologia.”

Nessas oficinas, foram discutidas propostas para melhorar a formação dos psicólogos que atuam no SUS e fortalecer a presença desses profissionais no sistema público. Os encontros aconteceram em dez cidades: Araçatuba, Assis, Bauru, Campinas, Ribeirão Preto, Santos, Santo André, São José do Rio Preto, São Paulo e Taubaté.

A subseção do ABCD foi a primeira a re-

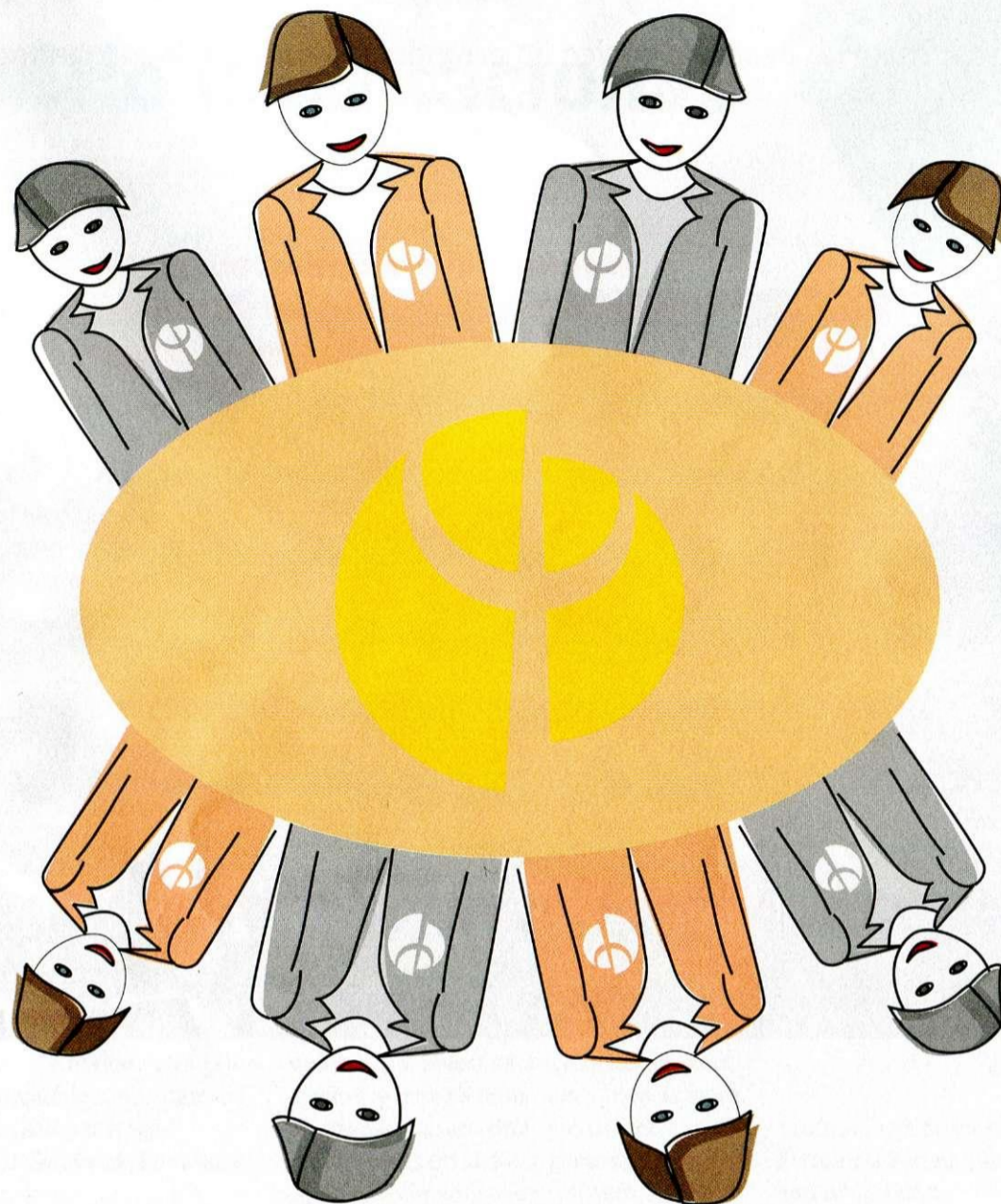
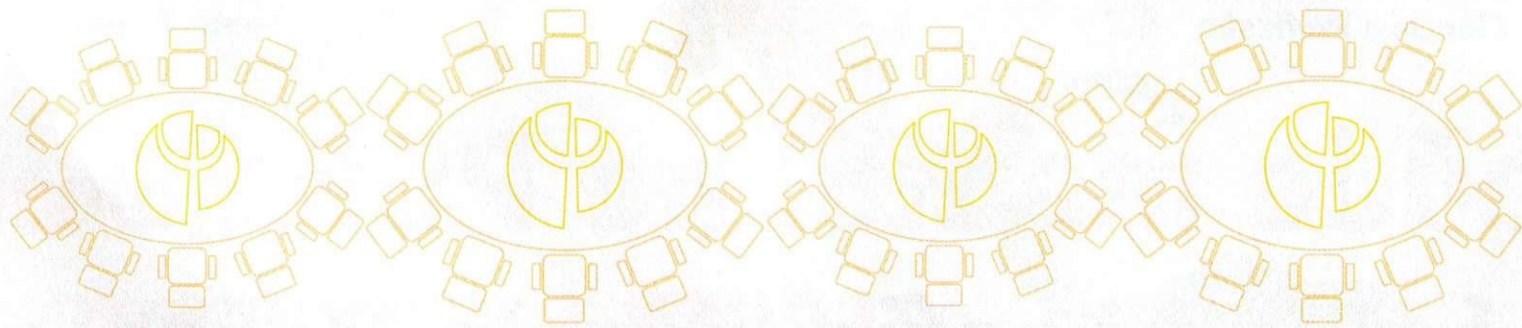
alizar a I Oficina Regional da ABEP em São Paulo. O encontro aconteceu em Santo André, nos dias 19 e 20 de maio, e mobilizou estudantes, professores, coordenadores, gestores públicos e psicólogos que atuam em ONGs, no setor público, em cooperativas de psicólogos, consultórios e usuários de serviço público de saúde mental. A Oficina resultou em propostas gerais sobre a formação de psicólogos para o SUS e a saúde coletiva, tais como a inserção nos cursos de formação em Psicologia, de políticas públicas de maneira transversal, com contextualização histórico-social, de legislação e controle social bem como da inclusão da saúde pública nas ênfases dos cursos de formação.

Em Campinas, nos dias 26 e 27 de maio, os mais de 200 participantes da I Oficina Regional da ABEP foram chamados a refletir sobre formas de criar uma Psicologia interdisciplinar para melhorar a atuação dos profissionais de saúde no país. O encontro contou com a presença de representantes dos 14 cursos de Psicologia da região, além de muitos profissionais. A forte presença dos estudantes da região na Oficina foi um indicativo de que o assun-

to repercute já dentro das próprias faculdades. Foi criado um Núcleo Regional da ABEP, que, em conjunto com o Nacional/Estadual, fomentará a continuidade desses debates e propostas decorrentes.

Em Bauru, no evento, realizado nos dias 2 e 3 de junho, os participantes tiveram a oportunidade de expor os principais desafios enfrentados pelos profissionais de Psicologia na área da saúde. Da Oficina, resultou a criação de mais um núcleo da ABEP para que as discussões continuem abrindo espaço à formulação de propostas e ao acompanhamento de iniciativas da entidade.

Nos dias 8 e 9 de junho, a subseção de São José do Rio Preto recebeu quase 100 pessoas, entre estudantes, coordenadores de cursos, psicólogos do SUS e profissionais de outras áreas para a I Oficina Regional da ABEP. A pauta discutiu a Política Nacional de Saúde, a Gestão no Trabalho e na Educação para o SUS e a Formação em Psicologia para a prática no SUS. A partir dos debates, foram criadas as teses que seguiram para a Oficina Nacional. A Oficina propiciou a formação do Núcleo da ABEP na região.



Em Ribeirão Preto, a Oficina foi realizada nos dias 9 e 10 de junho e envolveu igualmente professores, alunos e entidades parceiras. Em meio às propostas gerais sobre a formação de psicólogos para o SUS, o encontro levantou a necessidade de os psicólogos interagirem com outros profissionais da saúde e priorizarem a prática comunitária desde o início da formação do aluno. Também foram abordadas propostas de modificação curricular nos cursos de Psicologia, no sentido de incrementar a atenção ao SUS, buscar a inserção do psicólogo nas organizações sociais e criar a disciplina de Psicologia e Políticas Públicas. Essas medidas serviriam para aproximar a prática às Políticas Públicas de Saúde.

Também nos dias 9 e 10 de junho, foi realizada a Oficina Regional da ABEP em Araçatuba e região que contou com a presença de estudantes, psicólogos, professores e coordenadores de curso. Três grupos de trabalho apresentaram propostas sobre a formação e as políticas públicas nos currículos dos cursos de Psicologia. Foi ainda proposto que a ABEP e o Sistema Conselhos formulem

propostas de interlocução com os polos de educação permanente para o Sistema Único de Saúde, objetivando capacitar psicólogos para a inserção e atuação no SUS.

Em Santos, a Oficina foi realizada nos dias 9 e 10 de junho. Mais de 100 pessoas estiveram presentes à palestra sobre a Psicologia e o SUS e à mesa-redonda que abordou a aproximação acadêmica dos profissionais da Psicologia com a área da saúde. Os participantes levantaram propostas gerais sobre a formação de psicólogos para o SUS e a saúde coletiva. Tudo isso com o propósito de incorporar os princípios e as diretrizes do SUS para a construção dos projetos político-pedagógicos e a noção de integralidade da saúde. Pretendeu-se também garantir a disciplina "Políticas Públicas de Saúde e o SUS" na matriz curricular, enfatizando a organização, os princípios e os desafios para a consolidação do SUS. Também foram abordadas maneiras de otimizar a atuação da ABEP nos movimentos sociais em saúde, bem como nas discussões sobre políticas públicas em parceria com outras entidades.

Já, em Assis, a I Oficina Regional ocorreu nos dias 13 e 14 de junho. A presença efetiva dos coordenadores do curso de Psicologia da região norteou os debates na direção de que haja maior reflexão em torno das dificuldades e desafios das universidades para se adequarem à formação voltada para o atendimento no Sistema Único de Saúde.

No dia 28 de junho, foi a vez da região do Vale do Paraíba e Litoral Norte. A Oficina Regional reuniu, em Taubaté, cerca de 50 participantes, entre psicólogos, estudantes e profissionais das demais áreas da saúde. Segundo os organizadores, o evento correspondeu às expectativas. Houve a elaboração de propostas, que abrangeram questões como estágios de alunos no SUS, participação no controle social, interdisciplinariedade, entre outras coisas, e que foram encaminhadas à ABEP, além da formação de um núcleo ABEP na região, composto por sete membros.

Na capital paulista, a I Oficina da ABEP foi realizada entre os dias 2 e 4 de junho, com a presença de cerca de 150 pessoas. •

Saúde mental no PSF é um desafio para a Psicologia

Psicólogos não fazem parte do desenho básico do programa, mas quando acionados revelam sua importância.



Apesar de exercer um papel estratégico, a saúde mental e a presença do psicólogo na equipe do Programa Saúde da Família ainda não fazem parte da estrutura básica delineada pelo Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde. Mas é uma importante porta de entrada que se vislumbra para a Psicologia levar seus conhecimentos à parcela mais frágil da população brasileira.

Luís Fernando Rolim Sampaio, diretor do Departamento de Atenção Básica da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, revela que existem hoje no país 26 mil equipes de Saúde da Família que têm, em princípio, a responsabilidade de acompanhar cerca de três mil a 4.500 pessoas ou de mil famílias de uma determinada área, as quais passariam a ter co-responsabilidade no cuidado à saúde. Rolim Sampaio afirma que o trabalho de equipes do PSF é o elemento-chave para a busca permanente de comunicação e troca de experiências e conhecimentos entre os integrantes da equipe e desses com o saber popular do agente comunitário de saúde. “A atuação das equipes ocorre principalmente nas unidades básicas de saúde, nas residências e na mobilização da comunidade”, diz.

Mas a Política Nacional de Atenção Básica, por meio da Portaria nº 648, definiu os recursos necessários para a realização de suas ações a partir de uma composição mínima, que não prevê uma equipe de saúde mental na equipe de Saúde da Família. A equipe multiprofissional clássica é composta por médico, enfermeiro, cirurgião-dentista, auxiliar de consultório dentário ou técnico de higiene dental, auxiliar de enfermagem ou técnico de enfermagem e agentes comunitários de saúde, entre outros.

Para Rolim Sampaio, isso não significa que a saúde mental não seja importante. Ele diz que há uma interface entre a Saúde da Família e a Saúde Mental. Isso se daria nos serviços que compõem a Rede de Saúde Mental com seus serviços substitutivos e incluiria o psicólogo na retaguarda do trabalho das equipes de Saúde da Família. “É mais interessante, no momento, explorar ativamente os lugares onde os psicólogos podem estar, que seriam os Centros de Referência, as residências terapêuticas, que estão no CAPS, por exemplo”, acredita ele. “Embora os municípios e Estados tenham autonomia de mudar a estrutura do PSF, não há orientação por parte do Ministério da

Saúde para que sejam incluídas equipes de saúde mental”, admite.

Essa autonomia dada aos municípios permite um redesenho na composição básica do PSF e abre espaço para a atuação do psicólogo numa equipe de saúde mental. “Os critérios para a formação dessas equipes são definidos, em geral, pelas administrações municipais. Como o profissional de saúde mental - que pode ser um psicólogo, um psiquiatra ou um terapeuta ocupacional -, não está incluído na equipe mínima de saúde estipulada pelo Ministério da Saúde, cabe ao município a decisão”, explica Carolina Moraes Sombini, psicóloga e coordenadora do Centro de Convivência e Cooperação Tear das Artes da Secretaria Municipal de Saúde de Campinas. Ela é autora de um mestrado que trata justamente da mudança no modelo de atenção básica com a implantação do PSF, em relação ao trabalho dos psicólogos junto às equipes nos Centros de Saúde.

É em Campinas onde se verifica um novo modelo na estrutura do PSF. Lá, as equipes foram ampliadas, contando com ginecologista, pediatra, um clínico e um profissional de saúde mental, a quem caberia a função do apoio matricial. “Esse profissional, em junto com a equipe interdisciplinar,

avalia os casos e oferece conhecimentos específicos da área às equipes do PSF que se deparam com essa demanda, sem deixar de lado a necessidade de assistência em alguns casos. O apoio matricial possibilita a troca de saberes e fazeres entre os diferentes profissionais”, explica Carolina Moraes Sombini. “Atendem-se casos, como a violência doméstica, cada vez mais complexos e que necessitam da ajuda de diversos profissionais, de cuidado em rede e muitas vezes intersetorial”, explica ela.

O projeto ainda oferece tratamento em espaços abertos como oficinas de geração de renda e centros de convivência, que recebem tanto os pacientes indicados

numa rotina de clínica, solitária. É preciso que passem a formar melhor os alunos para essa realidade, que inclui o trabalho em equipe, o alto grau de sofrimento e adoecimento que poderão encontrar e a interdisciplinaridade, coisas que deixam o psicólogo paralisado por falta de conhecimento”, sugere Sueli. Segundo ela, não há um perfil ideal para o psicólogo que trabalha junto ao PSF, mas há algumas características fundamentais. “É preciso ter uma formação generalista, ampla, com conhecimento de diferentes áreas da Psicologia e das políticas públicas. Além de incorporar a cultura anti-manicomial”, afirma.

um caráter social, é de alta complexidade por envolver os casos mais difíceis dentro do campo psicológico. “Agimos junto àquele que fuma 15 pedras de crack por dia, ao que está ameaçado pelo tráfico, em briga de gangues, em torno da violência dentro de casa, criança vítima de maus-tratos, estuprada, psicótico em surto, à pessoa que está tocando fogo no barraco, onde tem risco de morte, eclosão psicótica... Não tem situação mais difícil. Se tiver, já morreu”, resume ele.

Ele explica que, no caso do Qualis, o trabalho dessas equipes foi desenvolvido dentro de uma parceria assinada pela Se-



pelo PSF e CAPS, quanto àqueles que vão por conta própria. “Faz parte do trabalho do profissional de saúde mental pensar, junto com os outros profissionais, em ofertas diferenciadas para o sofrimento, para além da medicalização e psicologização do sofrimento. O novo modelo propõe que se trate de uma família, considerando o contexto de vida dessas pessoas, por isso a interdisciplinaridade é tão importante”, ressalta Carolina.

Também, em Botucatu, há cerca de dois anos, a comunidade possui dois psicólogos e dois assistentes sociais para atender a demanda de saúde mental do Programa Saúde da Família. “Mas não apenas as pessoas atendidas pelo PSF devem se beneficiar do serviço. Os membros das equipes do PSF, que ficam muito expostos por trabalharem em ambientes não protegidos, devem também receber a atenção da equipe de saúde mental”, destaca a psicóloga Sueli Tereziinha Ferreira Martins, doutora em Psicologia Social e professora da UNESP. “Quanto mais as equipes estiverem preparadas para acolher pessoas com transtornos mentais e suas famílias, maior a possibilidade de mantê-las junto à sua rede de relações e vivências cotidianas.”

“Os cursos de graduação têm foco

Para Carolina Moraes Sombini, os profissionais de saúde que compõem o programa têm uma rotina bem diferente daquela dos que trabalham em consultórios. São eles quem vão até os pacientes, entram em suas casas, presenciam de perto o cotidiano das famílias que atendem. “Mas nem sempre estão preparados para lidar com as diferentes realidades. Psicólogos não são formados para trabalhar nesse esquema”, complementa Carolina.

Segundo o psicólogo Antonio Lancetti, um dos responsáveis pela implementação do programa de saúde mental do projeto Qualis/PSF em São Paulo, em 1998, a presença de psicólogos na rede pública em uma ação articulada dentro de equipes multidisciplinares de saúde mental permite, ainda, o avanço da reforma psiquiátrica e amplia a atuação da saúde mental. Ele é da opinião de que, essa intervenção seria mais eficiente se houvesse maior integração das equipes de saúde mental no Programa de Saúde da Família, “um dos produtos mais interessantes do SUS”. Antonio Lancetti acredita que essa intervenção é um dos maiores desafios hoje da Psicologia brasileira.

Lancetti explica que o trabalho das equipes de saúde mental, além de ter

cretaria de Estado de Saúde com a Fundação Zerbini, atuando em regiões carentes, como os bairros de Vila Nova Cachoeirinha e Sapopemba, na capital paulista. A metodologia usada seguia um procedimento básico: o agente comunitário identificava o problema, o paciente recebia uma visita de uma equipe de saúde mental ou por uma equipe do PSF num momento inesperado. Ali era feita a escuta e proposto um programa de saúde mental. Segundo ele, apesar das centenas de atendimento, cada família tinha um programa de saúde mental diferenciado que levava o sujeito a reintegrar-se socialmente, reenviando-o à escola e o integrando a caminhadas comunitárias.

Para Antonio Lancetti, as equipes de saúde mental são de vital importância. “É o que há de novo na Psicologia, porque está posto que - para atender os pacientes mais difíceis, nos lugares mais complexos, em cidades violentas, com pacientes complicados -, são necessários profissionais da saúde mental. Os psicólogos ganham grande respeito da população, pois não estão a favor nem da polícia nem do bandido, mas da vida. Dá orgulho desses companheiros, responsáveis por construir ilhas de paz.” ●

Denúncia contra a tortura

O psicólogo, ainda que tenha que contrariar a instituição onde trabalha, não deve se omitir diante de casos de violência contra os Direitos Humanos.

Diz o ditado: quem cala consente. Na prática, quem cala pode estar cometendo um crime. Quando alguém toma conhecimento de um caso de tortura, por exemplo, tem a obrigação legal de denunciá-lo. A regra vale para todo cidadão. Porém, para os profissionais da área da saúde, como os psicólogos, há determinações específicas. Pedro Montenegro, coordenador da Comissão de Combate à Tortura e Violência Institucional da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, explica que não comunicar à autoridade competente uma situação de tortura de que se teve conhecimento no exercício da profissão, implica responsabilização penal. "A conduta omissiva é punida com a pena de multa", afirma Montenegro. "Isso está determinado no inciso II do artigo 66 do Decreto-lei 3688/1941, a Lei das Contravenções Penais", completa com precisão. Ele lembra que o Es-

Mas os psicólogos, sabedores e testemunhas de tortura, encontram-se na encruzilhada do compromisso moral, profissional e legal de denunciar o fato com a omissão para evitar represálias dentro do seu ambiente de trabalho e de ser demitido. Por força da natureza de sua atividade, esses profissionais, não raro, deparam-se em seu dia-a-dia com casos de tortura institucional seja em hospitais, prisões, asilos e escolas. São casos que a instituição pode decidir por esconder ou ignorar a situação para não provocar um escândalo, nem que para isso tenha que impedir o psicólogo de exercer seu papel. Violência institucional são os crimes praticados por agentes do Estado no exercício da função ou em razão dela contra a pessoa humana. Nesse universo, segundo Montenegro, encontra-se um repertório vasto de violência: abuso de autoridade, execução sumária (homicídio), agressão policial (lesão corporal), etc.

Exemplos assim podem ser verificados no sistema prisional, local de opressão que começa pelas péssimas condições de alojamento. Ali, há histórias de presos torturados por

colegas de cela ou mesmo pelos carcereiros. São extorquidos e obrigados a prestar favores sexuais. Montenegro diz que até mesmo no ambiente escolar, presumivelmente favorável ao respeito pela individualidade, é possível constatar problemas dessa natureza com os alunos. O psicólogo com sua experiência pode identificar no comportamento e no desempenho escolar da criança consequência de sofrer agressões físicas, como espancamentos e privações de alimento, e psicologicamente, ouvindo insultos dos pais do tipo "devia ter te abortado".

A responsabilidade em evitar a violência deveria fazer parte da instituição. Mas como agir quando não é isso que acontece e a própria instituição é contra a denúncia? Para a psicóloga do Sedes Sapientiae, Irene Pires Antônio, formada em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes, não há dúvida no que fazer. Sabendo de fatos dessa gravidade, o psicólogo não pode se omitir por mais que seu emprego esteja em jogo.

"Muitas vezes, a diretoria proíbe a notificação para evitar um escândalo. O psicólogo, mesmo se sentindo solitário, sem apoio, precisa levantar a cabeça, ser ético e responsável", aconselha Irene Pires. Contudo, não é preciso que haja o enfrentamento. Ela acredita que uma boa saída para o profissional é expor as idéias e convicções para a direção da instituição, sugerindo, inclusive, que um serviço especializado vá ao local dar uma palestra sobre a questão da violência e da ne-

cessidade da notificação. "Outra alternativa é convidar os mais resistentes a ir até o serviço especializado e fazer uma reunião para discussão do caso", sugere ela.

Irene Pires revela que a grande preocupação dos psicólogos é em relação à quebra de sigilo. "O Código de Ética dos psicólogos fala sobre a necessidade de quebra de sigilo em alguns casos, e o Conselho de Psicologia se mostra disposto a discutir e rever situação e a obrigatoriedade de o profissional notificar os casos de tortura, além de definir meios de proteger os psicólogos que se deparam com essa situação", sugere. Isso porque, segundo ela, temendo ser acusado por quebra de sigilo, o psicólogo tende a fazer denúncias simplórias - mesmo tendo um fato material para substantiar seu relatório -, que os órgãos responsáveis pela apuração consideram o conteúdo insuficiente para dar prosseguimento à investigação. Ela recomenda que na dúvida, o profissional procure o Conselho Regional de Psicologia, onde há um centro de orientação que auxilia o psicólogo quanto a esses questionamentos.

De acordo com a promotora de Justiça, Ana Trota Yarid, do Grupo de Saúde Pública, as notificações devem ser feitas também nas delegacias de polícia ou na própria promotoria de justiça da região, onde aconteceu o crime. Em relação a crianças e adolescentes, existe ainda o Conselho Tutelar e o Cerca (Centro de Referência da Criança e do Adolescente), uma ONG da Ordem dos Advogados do Brasil que trabalha pela defesa da integridade e direitos deles. Esse órgão oferece inclusive acompanhamento processual.

Não existe ainda um relatório com estatísticas sobre tortura no Brasil. A Comissão Permanente de Combate à Tortura e à Violência Institucional pretende elaborar um documento com essas características até o fim do ano. No campo governamental, foi criado pela Presidência da República um Comitê Nacional de Controle e Prevenção da Tortura, que tem o propósito de estudar mais a fundo o problema.

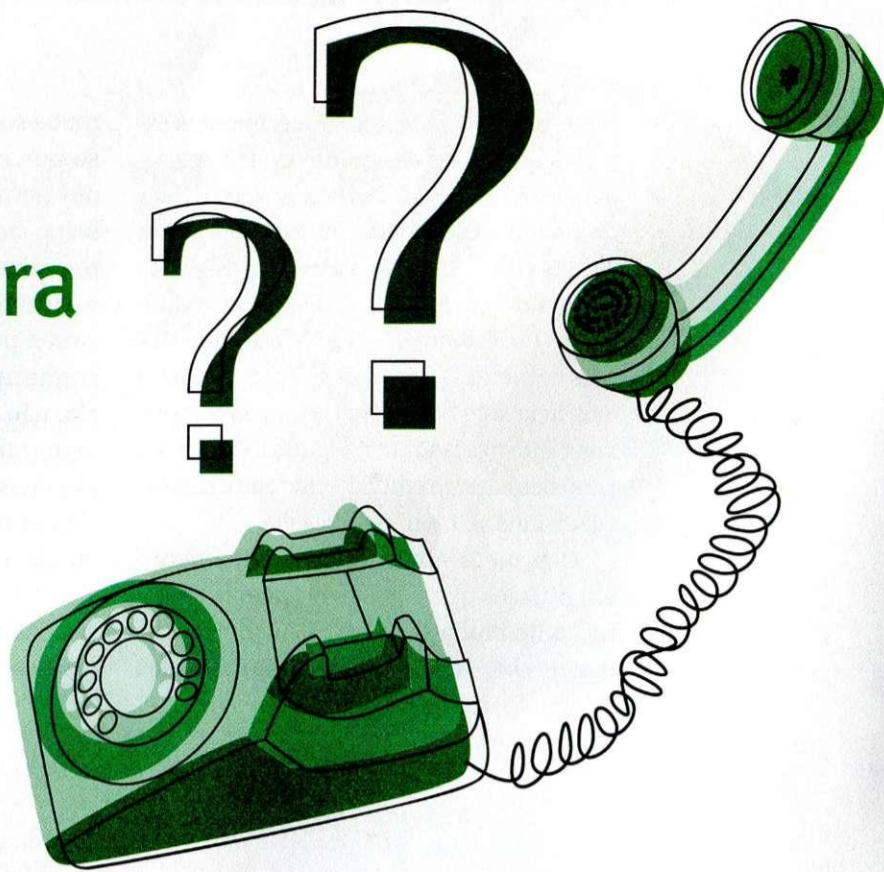
Montenegro diz que um passo importante a ser dado é debater o assunto para que haja mudança de comportamento social em relação a essa matéria. "Por mais receio que se tenha, todo cidadão tem o dever de denunciar casos de tortura. Dependendo da situação de risco em que se encontra o denunciante, ele poderá ser incluído no programa de proteção a vítimas e testemunhas", explica. Embora não seja o suficiente, já é uma forma de estimular as pessoas a romper o silêncio. ●

Quebra de sigilo

Sabe-se que uma das grandes preocupações enfrentadas pelos psicólogos nesses casos é em relação à quebra de sigilo. O Código de Ética Profissional dos Psicólogos prevê, em seu artigo 9º, o sigilo profissional como obrigação do psicólogo pela garantia do direito à intimidade dos indivíduos, grupos ou instituições que são sujeitos de seu exercício profissional. Contudo, o código alerta também para situações nas quais, ao preservar o sigilo, pode o psicólogo ferir outros princípios preconizados pela ética profissional.

Neste sentido, podemos pensar em princípios como o compromisso com a dignidade e integridade do ser humano, a necessidade de posicionamento crítico diante dos contextos em que atua, dentre outros. Nesses casos, cabe ao psicólogo decidir sobre a quebra de sigilo, respeitando, no entanto, as disposições legais existentes pertinentes à questão. A ética profissional preconiza ainda que esta decisão deve estar orientada pela busca do menor prejuízo e alerta para outros princípios previstos no código como orientadores do modo de conduzir a decisão, no que se refere a limites, fundamentação e encaminhamento das informações prestadas.

Assim, as informações devem sempre estar bem fundamentadas, ao mesmo tempo em que sejam direcionadas e oferecidas de modo a promover encaminhamentos que beneficiem ou transformem a condição que gerou a decisão de quebra de sigilo. De qualquer forma, é importante que o psicólogo reflita sobre essa decisão e os encaminhamentos pertinentes à luz da ética profissional. Ele pode, sempre que preciso, solicitar orientação ao CRP SP.





Família também sofre

Numa sociedade tão violenta, não só as vítimas diretas enfrentam traumas. Muitas vezes, os parentes precisam de ajuda e tratamento psicológico.

Quantas pessoas sofrem com a violência? De acordo com a Organização Mundial da Saúde, uma pessoa morre a cada 12 minutos no Brasil, num total de 45 mil por ano. Somente no município de São Paulo, segundo a Secretaria de Segurança Pública, foram 684 homicídios dolosos no segundo trimestre deste ano. Mas são números que representam somente as vítimas diretas. E o que dizer daqueles que sofrem o efeito colateral da barbárie humana?

Para os familiares de profissionais de segurança como guardas e policiais, a situação pode ser ainda mais traumática. Principalmente em épocas de ataques violentos – como os protagonizados recentemente pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) no Estado de São Paulo. Se normalmente as famílias já convivem com o fantasma da morte de um parente por força da atividade que exerce, ultimamente a tensão é muito maior.

“Em épocas de pânico generalizado, essas relações ficam ainda mais tensas. Por isso estamos oferecendo suporte psicológico aos guardas, que por enquanto restringe-se a sessões de orientação, sem tratamento psicoterapêutico. O interessante seria que houvesse também espaço para tratar dos familiares, que nem sempre têm consciência de que precisam de ajuda psicológica”, diz Cárta de Oliveira Dias, psicóloga da Guarda Civil Municipal de Diadema.

Ela comenta que esse atendimento é muito necessário até para restabelecer os vínculos dos guardas com a família. “Os policiais já têm a tendência de perder os laços com os parentes. Sua profissão os absorve tanto que fica difícil para eles viverem em alguns momentos seus outros papéis, tais como de pai, marido, amigo”, explica ela. Em Santo André, por exemplo, foi criado, em 2004, o projeto piloto Centro Integrado de Cidadania (CIC), hoje um modelo para os demais CICs espalhados

pelo Estado. Ali funcionam a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Conselho Tutelar, o Balcão de Direitos (atendimento jurídico gratuito) e a Assessoria de Prevenção à Violência, com uma equipe multidisciplinar que atua desde abril deste ano. “Nossa tarefa consiste em dar suporte psicossocial às vítimas e aos familiares que procuram os mais diversos serviços do CIC”, diz a psicóloga Valquíria Pucu Wollmann, coordenadora da equipe multidisciplinar. “Não podemos e nem queremos sobrepor nenhum serviço já existente na rede de assistência da prefeitura e do Estado. A proposta é realizar o acolhimento e a escuta para depois encaminhar a vítima ao serviço adequado”, diz.

Entre as ocorrências, há tanto casos de seqüestros e assaltos, como de violências urbana e doméstica, espancamentos e estupro. Em qualquer um deles, o problema vai além do personagem central. “A família sempre se abala ao tomar conhecimento de uma situação em que um de seus membros é vítima de violência”, afirma ela.

Outro programa é o Centro de Referência e Apoio à Vítima (Cravi), programa da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, o Instituto Therapon e o Instituto São Paulo Contra Violência. O Cravi, cuja ação é limitada em razão de sua pequena infra-estrutura, tem como proposta prestar atendimento psicológico, jurídico e social aos familiares e vítimas de violência, auxiliando na reconstrução de suas vidas e na formação de noções de cidadania que possam ser multiplicados por cada família em sua comunidade, facilitando o acesso da vítima à Justiça.

O psiquiatra Jonas Melmann atua na área técnica de Cultura de Paz, Saúde e Ci-

dadania da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, que desenvolve políticas públicas para superação da violência. Segundo ele, a Secretaria da Saúde tem se empenhado em organizar e fortalecer uma rede que atenda pessoas em situação de violência. “É essencial que a violência possa ser reconhecida como um problema de saúde pública, e que os serviços de saúde sejam capazes de acolher e cuidar de suas vítimas. Vivemos numa cultura que ainda legitima a violência como maneira de solucionar os conflitos. Por exemplo, a sociedade, em geral, acredita na palmada como instrumento de educação”, diz ele. “Enquanto continuarmos legitimando a violência, será difícil vivermos de acordo com os princípios e valores de uma cultura de paz. É importante cuidar dos agressores, pois se eles não forem tratados, provavelmente continuarão reproduzindo o mesmo padrão violento em outras oportunidades. As pessoas precisam aprender a enxergar novas soluções para resolver seus problemas”, sugere.

Cada vez mais, tem cabido aos profissionais da saúde o ônus de reparação e reabilitação das vítimas. Atualmente, a Secretaria Municipal da Saúde conta com equipes de referência para o acolhimento das vítimas, distribuídas em todas as regiões da cidade de São Paulo. “A rede de cuidados às pessoas em situação de violência se propõe a trabalhar em conjunto com os mais diferentes setores da saúde, desenvolvendo um conjunto diversificado de iniciativas articuladas entre si, entendendo que todas as formas de violência são expressões do mesmo fenômeno”, explica Melman.

Em 2004, foi criada a “Rede Gandhi, Saúde, Cultura da Paz e Não Violência”, cuja intenção é articular pessoas, organizações, universidades e governos em todo território nacional, com a finalidade de implementar iniciativas que visem contribuir para a construção de uma cultura da paz e da promoção da cidadania no âmbito das políticas públicas no campo sanitário. Para o Psiquiatra, ainda há muito o que fazer, porque os obstáculos são muitos: escassez de recursos financeiros, a lentidão da máquina estatal, o medo, o despreparo e a resistência dos profissionais da saúde, problemas na articulação intersetorial. ●

Acupuntura e hipnose são recursos complementares e auxiliares da **Psicologia**

Conselho Federal de Psicologia já estabeleceu as orientações a serem seguidas.

O Conselho Federal de Psicologia reconhece e considera a acupuntura e hipnose como recursos completos e auxiliares da Psicologia. Mas também essas práticas devem seguir condições de trabalho dignas e apropriadas, utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional.

Em relação à hipnose, por exemplo, a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do CRP SP recomenda que o profissional observe a Resolução CFP nº 013/00, que aprovou seu uso. A condição para que o profissional aplique esse recurso é a sua capacitação adequada e devida comprovação, de acordo com o disposto no Código de Ética Profissional do Psicólogo e, ainda, que seja utilizado na medida em que se fizer necessário, dentro dos padrões éticos, garantidos a segurança e o bem-estar da pessoa atendida. Isso significa que é vedada ao psicólogo a utilização, por exemplo, da hipnose como instrumento de mera demonstração fútil ou de caráter sensacionalista ou que crie situações constrangedoras às pessoas que estão se submetendo ao processo hipnótico.

A hipnose, como recurso auxiliar dos psicólogos, avançou, a exemplo da Escola Ericksoniana, no terreno psicológico, em sua aplicação prática e no valor científico, e ganhou o reconhecimento não só do CFP, mas da comunidade científica internacional e nacional. Essa prática foi reconhecida na área de saúde, como campo de formação e como recurso técnico capaz de contribuir nas resoluções de problemas físicos e psicológicos, tanto do ponto de vista terapêutico como de recurso coadjuvante.

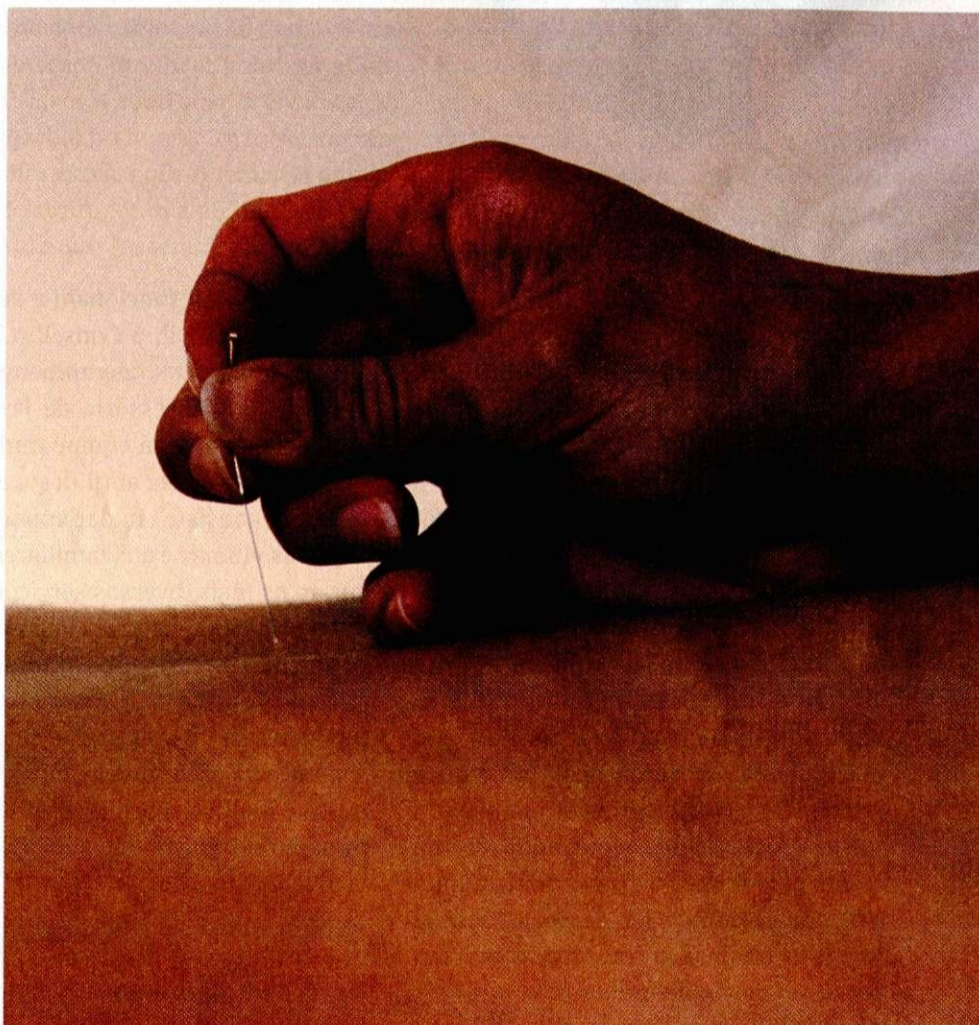
Isabel Cristina Labate, profa. da PUC-SP e coordenadora do Curso de Extensão de Hipnose Clínica - COGEAE / PUC-SP -, explica que a hipnose tem sido usada para alívio da dor, produzindo anestesia ou analgesia; nos diferentes setores da clínica e cirurgia, notadamente em obstetria; como tranquilização para o alívio dos estados de ansiedade e apreensão, qualquer que seja a sua causa; em qualquer condição na qual a psicoterapia possa ser útil; no controle de alguns hábitos, como o tabagismo; e experimentalmente em qualquer pesquisa, no campo psicológico ou neurofisiológico.

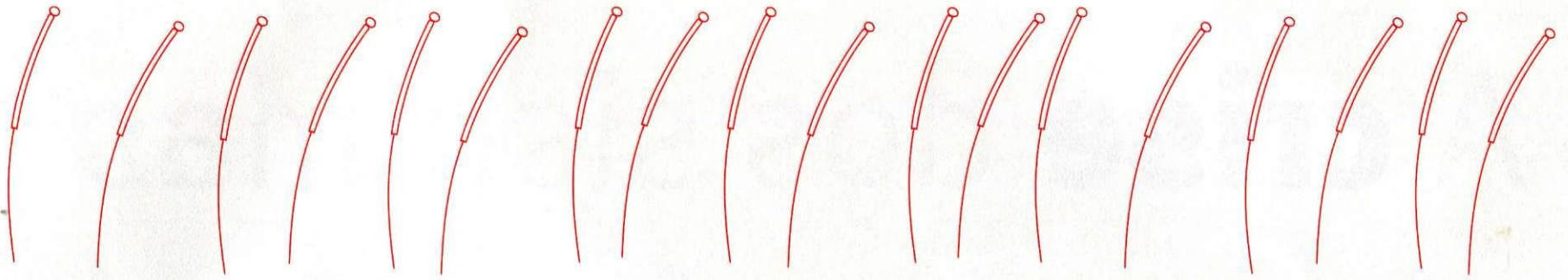
Ela ressalta que a prática não é recomendada, no entanto, para remoção de sintomas, sem primeiro se saber a que finalidade serve; em qualquer condição onde o estado emocional do paciente não foi determinado; sem objetivo definido, apenas para satisfazer insistentes pedidos do paciente; e para abolir determinadas sensações, a fadiga, por exemplo, o que pode levar o paciente a ir além dos limites de sua capacidade física.

Ela recomenda que para se iniciar uma psicoterapia sob hipnose, é importante saber se essa técnica é a mais indicada para o paciente e se não há contra indicação na indução e manutenção do estado hipnótico. "A hipnose não é uma forma de psicoterapia, mas um meio de facilitação da psicoterapia, um auxiliar valioso pelo emprego eventual de procedimentos especializados que só podem ser obtidos pela hipnose", diz Isabel.

Segundo ela, qualquer técnica psicoterápica pode ser aplicada sob hipnose. Isso exige por parte do terapeuta não só conhecimento da técnica hipnoterápica, mas também conhecimento e experiência no campo da psicoterapia. "Hoje, a hipnose desenvolve-se em uma experiência interpessoal, dinâmica. O aspecto tradicional da hipnose como técnica passiva centralizada no médico não é mais aceita e novas concepções têm contribuído para sua utilização como uma terapia ativa, centralizada no paciente", diz a profissional.

Em 2002, a acupuntura - incluída no Catálogo Brasileiro de Ocupações do Ministério de Trabalho, que prevê o tratamento de moléstias psíquicas, nervosas e de outros distúrbios orgânicos e funcionais -, foi também reconhecida pelo CFP, como recurso complementar no trabalho do psicólogo, através da Resolução CFP nº 005/2002. Essa resolução estabelece que





o psicólogo poderá recorrer à acupuntura, dentro do seu campo de atuação, desde que possa comprovar formação em curso Profissional do Psicólogo. A Sobrapa (Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura) recomenda que o psicólogo procure um curso de acupuntura tradicional com 1.200 horas de duração que disponha de pelo menos um psicólogo no corpo docente e em supervisão de atendimento.

A presidente interina da Sobrapa, Sonia Chiba, diz que estudos científicos corroboram a tese de que a acupuntura, praticada há mais de 5 mil anos, tem ação significativa na esfera psíquica. "A OMS aponta também nessa direção. O ser humano é um 'todo' não suscetível de ser dividido e o psiquismo é parte integrante podendo apresentar desequilíbrios significativos onde entra então a intervenção do psicólogo acupunturista", explica ela. Em 1990, a primeira implantação de acupuntura na saúde mental na prefeitura de São Paulo foi realizada pelo psicólogo Delvo Ferraz da Silva, sócio-fun-

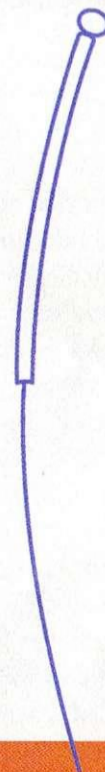
dador da Sobrapa. E em maio de 2006, o Ministério da Saúde publicou a Portaria nº 971, inserindo a acupuntura no SUS.

Luiz Leonelli, coordenador do ambulatório, com base em sua experiência clínica, que não se pode exercer a psicoterapia e acupuntura de forma conjunta, devido às diferenças de "enquadre" e particularidades no papel do psicólogo acupunturista em relação ao psicoterapeuta. Mas ele observa que mesmo sendo a acupuntura usada de forma independente, como recurso complementar à psicoterapia, os resultados são visíveis, duradouros e consistentes em vários aspectos. Ele menciona o trabalho desenvolvido no ambulatório do CEREST/SP.

Ali, há um contingente grande de pacientes portadores de Ler/Dort (Lesões por esforços repetitivos/Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho). Ele explica que a acupuntura é usada com resultados significativos em caráter interdisciplinar com outras áreas

como fisioterapia, psicologia, medicina, terapia ocupacional, entre outras, na assistência integral a pacientes que apresentam dores no sistema músculo-esquelético.

Segundo Leonelli, tais pacientes são submetidos a situações agudas e crônicas de estresse, com agravamentos relacionados à ocupação, como afastamento de serviço por demissão, auxílio-doença, acidente de trabalho, freqüentemente envolvidos em conflitos laborais (longos processos judiciais), familiares e pessoais. "Nunca vem somente a dor física. Há todo um sofrimento psíquico relacionado a essa condição", diz. Leonelli acrescenta que a acupuntura, por intervir no sistema nervoso e de forma psico-neuro-imuno-endócrina, tem sido indicada também para transtornos de ansiedade, psicossomáticos, imunológicos que se agravam com o estresse, o uso de drogas, os distúrbios alimentares como obesidade associada a compulsividade alimentar, entre outras manifestações. ●



Qualquer dúvida a respeito do assunto consulte as legislações no site do CRP SP (www.crpsp.org.br), da Sobrapa (www.sobrapa.org.br) ou a Comissão de Orientação e Fiscalização no telefone (11) 3061-949 ramal 141.

A crise dos sistemas pri e da segurança públ

Os ataques do PCC revelaram uma tensão que vinha se anunciando desde nos presídios, mas que o Estado não enxergou.

Em maio deste ano, o Brasil assistiu aterrorizado a uma ação inédita do crime organizado: ataques a policiais, agências bancárias, ônibus e instituições públicas em várias cidades do Estado de São Paulo. A cena assemelhava-se à tática de milícia e terrorista na Colômbia do narcotráfico ou de separatistas europeus do final do século passado. O autor desses atentados foi o PCC - Primeiro Comando da Capital, uma facção criminosa até então uma ameaça distante da população. Seu mentor e líder da organização: Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, aprendiz do mais antigo tratado militar do mundo - "A arte da guerra", do chinês Sun Tzu.

Esses ataques continuaram em julho e agosto e teriam sido uma reação à tentativa do Estado de isolar seus líderes em presídios de segurança máxima, retirando-lhes regalias que lhes permitiam, sobretudo, continuar no comando de ações criminosas. Fernando Salla, sociólogo e pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da USP, comenta que essa crise é resultado da progressão da tensão entre a massa carcerária e a administração penitenciária, recorrentes ao longo dos anos 90. "As rebeliões, que passaram despercebidas pela população, já indicavam uma enorme capacidade dos presos de organizar e de desestabilizar o sistema penitenciário", diz. Para ele, só ao alcançar as ruas, foi que a população tomou ciência de um problema que se arrasta há anos. "O alojamento da população carcerária é precário. Quase todas as unidades prisionais estão com cerca de 50% acima de sua capacidade de ocupação. Isso só aumenta a revolta", alerta.

Ariel de Castro Alves, coordenador do Movimento Nacional de Direitos Humanos e membro da Comissão da Criança e do Adolescente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), acredita que essa facção criminosa, para se fortalecer, agiu diante das falhas do sistema penitenciário, da falta de assistência, falta de trabalho e de educação. "O PCC se aproveitou do desarranjo do Estado para se organizar", diz ele.

Ariel Alves explica que, além do vazio institucional, o Estado estimulou o surgimento do crime organizado ao reconhecer a figura de líderes nos presídios. "Ao invés de discutir coletivamente com todos



os presos as carências no sistema, o governo usou esses líderes como canal de comunicação. É muito mais cômodo negociar com meia dúzia do que garantir direitos coletivos", critica.

Para ele, o governo estadual desenhou esse quadro também no sentido de proibir a entrada nos presídios de entidades da sociedade civil para fazer o controle externo, fiscalizar, realizar visitas, fazer relatórios sobre as condições dos presídios. "O Estado, desde a década de 90, não contribuiu para a formação de conselhos de fiscalização nas unidades funcionais exatamente para manter esses acordos. E isso foi se cristalizando até as ações da facção atingirem as ruas", argumenta.

Mariana Montoro, diretora de Comunicação do Instituto Sou da Paz, atribui a força do PCC a três aspectos. O primeiro diz respeito a problemas estruturais. "Há muita corrupção dentro das polícias civil e militar, entre os agentes penitenciários, e uma permissividade para que advogados não muito sérios sejam coniventes com o crime organizado", diz. A própria CPI do

Tráfico de Armas tem se referido a alguns advogados de membros do PCC como integrantes do crime por transmitirem ordens dos líderes à rede criminosa dentro e fora dos presídios.

Mariana identifica também um erro do Estado em não oferecer condições mínimas para que um sujeito entre na prisão e possa comer, dormir e atender as necessidades básicas. Para ela, o PCC assumiu a voz descontente da população carcerária, assim como faz um sindicato na defesa das reivindicações de uma categoria. Além disso, Mariana Montoro observa que o detento é, em geral, coagido a apoiar as facções por uma questão de sobrevivência. "Uma pessoa, hoje, entra no sistema e ouve 'olha, aqui dentro você pode comer frio ou comer quentinho, você pode ter que dormir de pé ou deitado, sua vida pode ser um inferno ou nem ser tanto assim. Depende se você vai ou não nos apoiar'", conta ela.

O psicanalista Paulo Endo, professor doutor do Instituto de Psicologia da USP e autor do livro "A violência no coração da

sional

polícia **explode** nas ruas

as rebeliões

cidade: um estudo psicanalítico”, reforça que as condições subumanas vigentes nas penitenciárias são inclusive temas recorrentes de denúncias da Anistia Internacional. “Todos os anos, assistimos a crimes contra os presos e contra os jovens privados de liberdade. Entretanto a lei de Execuções Penais e o Estatuto da Criança e do Adolescente continuam sendo sistematicamente desrespeitados”, acusa.

Ele observa que é preciso antes de tudo acrescentar alguns ingredientes na análise dos últimos acontecimentos no Estado. “Violências dramáticas como essas não caem do céu, não nascem do dia para a noite e não brotam do asfalto. A cidade 2004, quando moradores de rua do centro da cidade foram mortos e feridos a marteladas. Crimes até hoje impunes”, contextualiza. “As periferias paulistanas tornaram-se sinônimos de degradação, pobreza e bandidagem. Moradores de Heliópolis e do Jardim Ângela identificam, no convívio pela cidade, o rastro de suspeita e desconfiança que deixam nos outros por serem moradores desses locais.”

Para ele, um elemento dessa segregação seria a força policial. “Nossas polícias permanecem ligadas ao *modus operandi* militar, agindo, em pleno território urbano, como se estivessem em guerra declarada. Guerra contra os pobres.” Paulo Endo acrescenta que o poder público, na figura dos secretários de Segurança Pública e dos governadores do Estado de São Paulo, contribui para que, sucessivamente, o principal instrumento no combate ao crime e na promoção da segurança pública seja, paradoxalmente, reagir com mais violência. “O mais impactante, o mais grave, é que com isso se assevera a impunidade em relação ao que há de mais nefasto e destrutivo em qualquer sociedade: a matança desregrada, abusiva e incontrolável dos cidadãos.”

A reação da polícia aos ataques do PCC está, inclusive, na mira de entidades civis como o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. O CDDPH requisitou

cópias das 492 ocorrências de mortes por arma de fogo só na capital durante os ataques do PCC, em maio. Segundo Ariel Alves, da OAB, os ataques do PCC e a reação policial teriam provocado diretamente mais de 300 mortes.

A lista de sugestões para anular a articulação do PCC e reduzir a violência é extensa. Mas um ponto que é quase unânime é o investimento em serviços de inteligência. Mariana Montoro, por exemplo, diz que a boa política de segurança passa por informação. “Há muitos anos, a gente fala que policial não precisa de arma, e sim de computador, não precisa de colete à prova de balas, e sim de in-o secretário de Administração Penitenciária é inadmissível”, indigna-se.

De maneira imediata, ela defende que seja tirada a comunicação dos dez principais líderes das facções. Em relação “aos outros cem mil presos”, o Estado deveria permitir um maior contato deles com a sociedade, respeitando o nível de periculosidade representado por cada um deles. “É preciso haver uma política pública de ressocialização do ex-presidiário”, propõe.

Outra providência que para Mariana Montoro não se deve adiar é oferecer condições mínimas de uma vida decente aos detentos. “Se não por uma questão humanitária, que seja por uma questão de inteligência, de estratégia para enfraquecer as facções criminosas, esvaziando seu discurso e lhes tirando o apoio da população do sistema penitenciário.”

“É um caminho burro e ineficaz não respeitar o que está estabelecido pela própria lei independente de uma agenda de direitos humanos”, concorda Fernando Salla. Para ele, tem que haver uma política de só encarcerar pessoas cujos crimes justificam um ônus pra sociedade, que paga caríssimo para manter uma pessoa presa. Ele sugere a aplicação de penas alternativas e uma revisão daquilo que se considera crime passível de encarceramento. “Sem mudar o conceito da lei, vamos continuar a ter um grande

número de pessoas entrando no sistema prisional, provocando um inchaço monstruoso”, adverte Fernando.

Ariel Alves relaciona outras medidas. A primeira seria fortalecer a corregedoria no sentido de intensificar o trabalho de investigação e permitir a formação de conselhos da comunidade, previstos na Lei de Execuções Penais, que teriam o papel de fazer um controle externo do sistema prisional. Além de defender a integração das duas secretarias de Estado (Penitenciária e de Segurança Pública) para realizar os trabalhos de investigação e de inteligência e uma ação das polícias incluindo a federal, Ariel sugere a unificação das polícias.

Ele acrescenta que para combater o reição são ajustes a decisões dos juizes a fim de garantir que a lei seja cumprida. “Se essas visitas ocorressem mais frequentemente, talvez não estivéssemos num quadro tão grave dentro do sistema prisional”, acredita.

Ariel diz que a solução do problema da violência passa igualmente por ações de caráter preventivo com a juventude que teria sido usada também nos ataques. “São jovens forçados a cometer ações a mando do PCC para pagar dívidas com drogas. Esse pessoal virou mão-de-obra barata do crime organizado”, argumenta. Essas medidas, segundo ele, deveriam vir na forma de profissionalização, aumentando vagas em cursos técnicos e de atendimento aos dependentes de drogas com tratamento psicológico e acompanhamento social. “A maioria dos jovens vive de migalhas do que sobra dos recursos aplicados na área social”, lamenta.

Paulo Endo reforça que não há, historicamente, qualquer possibilidade de controlar e pacificar a sociedades pela via da violência. “As experiências e tecnologias acumuladas nos movimentos sociais, centros de referência, universidades e em determinados equipamentos do Estado devem ser agora utilizadas para garantir a sobrevivência de muitos que estão, nesse momento, sob risco de perder suas vidas.” ●

Avaliação psicológica para CNH exige ética

Ação inédita procura traçar um perfil do profissional e descobrir quais são os testes mais usados na avaliação psicológica para condutores de automóveis.

Estudos mostram que a cada ano morrem, no Brasil, 42 mil pessoas vítimas de acidentes de trânsito, 90% dos quais provocados por falha humana. Esse número de proporções épicas provoca a pergunta se o motorista brasileiro estaria realmente habilitado para dirigir um veículo que mal conduzido pode representar um risco de morte nas ruas e estradas. E ao psicólogo perito de trânsito cabe a responsabilidade profissional e ética de triar quem está em condições psicológicas de receber a Carteira Nacional de Habilitação.

A Psicologia brigou por esse direito. Há quase dez anos, o Conselho Federal de Psicologia interveio para que fosse derrubado o veto do Presidente da República à obrigatoriedade da realização dos testes psicológicos para os candidatos à CNH. A partir daí, deu-se continuidade à responsabilidade dos Conselhos de Psicologia quanto à fiscalização da avaliação psicológica realizada nas clínicas credenciadas pelos Detrans.

Segundo a psicóloga Andréa Nascimento, conselheira suplente pela região Sudeste e coordenadora da Comissão de Psicologia do Trânsito do CFP, a Psicologia propôs outra forma de olhar a questão do trânsito, para além dos testes psicológicos, enfocando não apenas o condutor, mas tudo aquilo que participa do sistema trânsito: os pedestres, ciclistas, motociclistas, crianças, jovens, adultos, idosos, deficientes físicos, animais e meio ambiente. Devido a esse olhar, envolveu-se a questão da educação, da saúde pública, da cidadania, da segurança viária, da prevenção envolvendo a mobilidade humana.

Ana Paula Jardim, conselheira do CRP SP e coordenadora da subsede de Ribeirão Preto, observa que o profissional, que aplica a avaliação psicológica nos candidatos, precisa ter uma conduta ética muito rígida. "O psicólogo é obrigado a seguir o padrão técnico para não interferir no resultado", diz. "É uma avaliação que precisa ser rigorosa, até porque o resultado - independente de qual seja -, poderá ter sérias conseqüências para o candidato, se não expressar as reais condições psicológicas dele no momento da avaliação", completa.

Ana Paula ressalta que o psicólogo precisa ter consciência de que, ao aprovar um candidato, estará dando um aval para que uma pessoa conduza um automóvel por um longo período (a não ser para os casos de quem usa o veículo para atividade remunerada que deve refazer o teste a cada renovação da carteira).

Ela comenta que uma permissão equivocada pode colocar muitas pessoas, além



do próprio condutor, em risco, visto ser necessário ter equilíbrio emocional na situação de trânsito, pois uma pessoa em desequilíbrio estará propensa a possíveis ocorrências na condução de um veículo. Assim como reprovar, inadvertidamente, pode fazer com que o candidato acredite ter problemas psicológicos ou motores que na realidade não existem. "Pode ser um transtorno para a pessoa avaliada", completa Ana Paula.

O papel do psicólogo, portanto, tem desdobramentos na sociedade. Essa preocupação motivou uma ação conjunta de fiscalização em 111 clínicas de trânsito de todo o país, no dia 1º de junho, da qual participaram 14 dos 16 Conselhos Regionais junto ao Conselho Federal de Psicologia. A partir dos elementos levantados, será possível ter, além de uma pequena

amostra do perfil do psicólogo do trânsito, um panorama sobre a qualidade dos serviços prestados.

"Foram usados questionários para conhecer os tipos de avaliação e os procedimentos mais usados, assim como as condições das clínicas, estrutura física e condições de atendimento", diz Ana Paula Jardim, que coordenou a ação, em São Paulo. "Também enviamos questionários aos Detrans, com o objetivo de sabermos a quantidade de profissionais credenciados e a localização das clínicas". Ainda que os resultados não estejam consolidados, foi possível identificar alguns problemas que ainda persistem.

Para Andréa Nascimento, que também atuou como coordenadora da fiscalização, entre as principais irregularidades levantadas por um dos Conselhos Regionais

estava a questão do "olhômetro". Ela explica que muitos profissionais, por atuarem há muito tempo no ramo ou por ter muita familiaridade com os testes, não davam a devida atenção à avaliação qualitativa e acabavam aprovando pessoas que numa avaliação mais detalhada, acabariam voltando para retestagem ou ficariam "inaptas temporárias" para dirigir. Andréa revela que foram detectadas outras faltas, como a ausência de psicólogos na aplicação do teste, iluminação e som inadequados, testes danificados e falta de sigilo nas avaliações. Andréa pondera, entretanto, que as falhas não são freqüentes e que o trabalho nessa área está sendo bem desenvolvido e comparativamente melhor do que dez anos atrás.

No que tange à identificação das técnicas, o trabalho é mais complexo. Hoje em dia, existem mais de 80 testes psicológicos com parecer favorável do CFP, entretanto, nem todos são adequados para esse tipo de avaliação. Embora estejam todos regularizados e padronizados, a escolha por alguns deles não é homogênea. A fiscalização teve, por isso, também o propósito de levantar quais são os testes mais

utilizados. Entre as técnicas psicológicas menos freqüentes estão as dinâmicas de grupo, e as mais freqüentes a entrevista e o próprio teste psicológico. Mas a escolha por algum deles ainda é um critério regionalizado.

O mais importante, no entanto, é que o teste escolhido deve ser aplicado como indica o manual. Ana Paula observa que se está determinado, por exemplo, que o candidato tem meia hora para realizar o teste, não lhe deve ser concedido nem um minuto a mais nem um minuto a menos.

O que leva a outra questão: a noção de quando repetir os testes. "É preciso saber que, ainda que tenha feito tudo como os psicólogos orientaram, as pessoas podem estar sob influência de outros problemas e preocupações, e até mesmo nervosismo, na hora do teste. Diante de dificuldades momentâneas, o psicólogo pode avaliar que o melhor é remarcar o teste em outra ocasião". "O que o CFP quer é cumprir o que assumiu perante a sociedade civil e a categoria, inclusive avançando na realização de pesquisas na área, no desenvolvimento de projetos para o trânsito para o uso adequado das vias, do meio ambien-

te e do automóvel", explica Andréa Nascimento. "Enfim, trabalhar pela mobilidade humana, para que o trânsito seja vivenciado pelos usuários, que somos todos, sem exceção, com mais sabedoria e de uma forma mais democrática", afirma. ●



Processos Éticos

O psicólogo e as relações de poder

O Psicólogo C. atuava numa empresa, e o contrato de trabalho que vigorava na referida instituição estabelecia que o repasse do pagamento dos trabalhadores e das ações ali desenvolvidas teria como referência o número de atendimentos efetivamente realizados.

Um membro da instituição, tendo recebido denúncia de que C. fazia registros fictícios de atendimento, solicitou que fossem lançados em sua agenda nomes fictícios de clientes a serem atendidos por ele. Nessa ocasião, o profissional registrou esses atendimentos, inclusive anotando informações sobre tal atendimento. Em consequência, C. foi afastado de suas funções.

Demonstrou-se que o psicólogo registrou presença de clientes ausentes por ordem de seu superior hierárquico, uma vez que, estava sendo ameaçado e se assim não procedesse, poderia ser dispensado, visto que sua carga horária já havia sido reduzida. C. argumentou ainda que várias pessoas agiam dessa forma na empresa, sendo uma prática corrente dentro da instituição.

Os atos irregulares ocorridos na instituição em que trabalhava evidenciaram a atitude pouco crítica de C. e conivência com práticas profissionais e institucionais ilegais contrárias aos princípios da ética profissional. Ao considerarmos o que propõe o Código de Ética Profissional do Psicólogo, podemos indicar que o profissional agiu em discordância com que está disposto nos seguintes artigos:*

Art. 1º - São deveres fundamentais dos psicólogos:

c) prestar serviços psicológicos em condições de trabalho eficientes, de acordo com os princípios e técnicas reconhecidos pela ciência, pela prática e pela ética profissional.

Art. 2º Ao psicólogo é vedado:

...

m. adulterar resultados, fazer declarações falsas e dar atestado sem a devida fundamentação técnico-científica.

Art. 4º O psicólogo, para ingressar ou permanecer em uma organização, considerará a filosofia e os padrões nela vigentes e interromperá o contrato de trabalho sempre que normas e costumes da instituição contrariarem sua consciência profissional, bem como os princípios e regras deste Código.

...

Art. 9º O psicólogo, em função do espírito de solidariedade, não será conivente com erros, faltas éticas, crimes ou contravenções penais praticados por outros na prestação de serviços profissionais.

Recentemente, no jornal Psi n° 148, abordamos a importância das considerações éticas nas relações de trabalho. Pode ocorrer de demandas que chegam ao psicólogo estarem em desacordo com os princípios éticos estabelecidos pela categoria. Nessas situações, o psicólogo deve se recusar a cumprir ordens superiores manifestamente ilegais e/ou que firam a ética profissional.

Existindo incompatibilidade entre a ordem recebida e os princípios e regras do Código de Ética, o psicólogo deverá recusar-se a prestar os serviços e, se pertinente, apresentar denúncia ao órgão competente.

** Resolução CFP N.º 002/1987 - Código de Ética vigente até 26/08/2000.*

(Artigos da Resolução CFP N.º 010/2005 - Código de Ética vigente a partir de 27/08/2005 relacionados ao tema exposto: Art.1º, "c", Art. 2º, "e" e "g" e Art. 3º).

Todo Processo Ético é julgado a partir do Código de Processamento Disciplinar - Resolução CFP 006/01 (Código de Processamento Disciplinar), disponível no site: www.crp.org.br - item "legislação".

Pela bandeira da cidadania

A Parada GLBT joga luz nos direitos da comunidade homossexual do Brasil.

Duas mil pessoas seguindo uma perua com uma caixa de som. Quando foi realizada pela primeira vez em São Paulo, em 1997, a Parada do Orgulho GLBT - mais conhecida como Parada Gay -, era assim. Hoje, o evento é o maior do mundo em sua categoria e reúne mais de dois milhões de pessoas, brandindo uma bandeira, que vai muito além do arco-íris. Trata-se de defender os direitos do cidadão. Nelson Matias Pereira, presidente da Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo (APOGLBT) diz que, após essas manifestações, que fazem agora parte do calendário oficial da

cidade, a comunidade começou a ganhar espaço na sociedade, apesar de ainda haver forte preconceito. Por isso, a cada ano a entidade trabalha um tema que procura explorar direitos, como a união civil entre homossexuais, ou denunciar práticas criminosas. O assunto abordado, em 2006, foi "Homofobia é crime!".

Com o tema deste ano, a APOGLBT SP pretendeu jogar luz a uma questão que assombra a comunidade: as violações dos direitos humanos. "Lutamos pela cidadania plena e para provocar ações no Congresso Nacional para que a homofobia no cenário nacional seja considerada crime. É preciso ainda que haja políticas públicas que visem o controle e a erradicação da homofobia no Brasil", diz. Nelson Matias Pereira explica que o tema foi amplamente debatido junto à militância paulista a fim de que fossem afirmados os di-

reitos sexuais e humanos da comunidade GLBT, hoje ainda vulnerável.

Homofobia é o preconceito motivado por orientação sexual - que atinge gays, lésbicas e bissexuais -, ou por identidade de gênero - que atinge travestis e transexuais -, e provoca discriminação e violência contra GLBT. A homofobia se inter-relaciona com outras formas de preconceito - por sexo, raça, classe e idade -, e assim tende a vitimar os GLBT de diferentes maneiras.

Nelson Matias conta que Parada Gay de São Paulo nasceu para dar publicidade à população GLBT e suas demandas. E se está falando de direitos de um universo de 18 milhões de pessoas, de acordo com o IBGE. Segundo ele, o movimento pode ser dividido em três diferentes momentos. De 1997 a 1999, a Parada enfocou principalmente temáticas ligadas à visibilidade da comunidade. Entre 2000 e 2002, passou a agregar 500 mil participantes, focando questões relacionadas ao respeito à diversidade. A partir de 2003, alcançados objetivos de visibilização da população GLBT e do envolvimento da sociedade como um todo, iniciou-se nova fase. Já consolidada como manifestação de um campo social crescente que apóia direitos para GLBT, a Parada Gay passou a ser instrumento de reflexão das demandas da comunidade e de pressão política pelo reconhecimento e garantia efetiva de direitos humanos de GLBT.

Em 2003, o movimento reivindicou a formulação e implementação de políticas para GLBT; em 2004, o direito à família; em 2005, a manifestação foi utilizada para cobrar a aprovação do projeto de lei de Parceria Civil, parado há 10 anos no Congresso Nacional, a partir da demanda por direitos iguais. Em 2006, criou-se um grupo de trabalho composto por vários grupos/ONGs paulistas para viabilizar politicamente as demandas da comunidade nos eventos do Orgulho e pela primeira vez houve um movimento na direção de procurar unificar os temas das Paradas pelo Brasil. “Ainda estamos longe de conquistar nosso objetivo, que é a cidadania plena”, admite Nelson Matias.

Mas há avanços sociais que começaram a ser conquistados, em 1985, quando o Conselho Federal de Medicina passou a desconsiderar o código 302 da Classificação Internacional de Doenças, que definia como doença o homossexualismo. A Organização Mundial de Saúde e o Conselho Federal de Psicologia seguiram o mesmo caminho na década seguinte. Em 1999, o CFP aprovou a Resolução 001/99, para punir psicólogos que tratassem a homossexualidade como doença. “Acreditava-se que a homossexualidade era passível de cura”, explica Fernando Teixeira, psicólogo da Unesp, no município de Assis. “Hoje é mais que comprovado que as tentativas de reversão, que consistem em fazer com que o paciente volte ao ‘estado heterossexual’, são totalmente ineficazes. Ainda assim, infelizmente, há resquícios desse pensamento equivocado.”

A Resolução 001/99 do CFP foi digna de aplausos internacionais no encontro intitulado “Orientação Sexual e Saúde Mental: rumo a perspectivas globais sobre suas práticas e políticas”, que reuniu psicólogos de vários países para um debate pioneiro cujo tema central foram os pressupostos psicológicos que sustentam determinadas práticas clínicas. “Digo, com muito orgulho, que todos ficaram impressionados com a inserção social do psicólogo no Brasil. Podemos dizer que o nosso país tem um modelo exemplar”, garante o psicanalista Paulo Ceccarelli, que esteve presente na ocasião.

Outros passos importantes foram dados na direção das conquistas sociais da comunidade. Em 1995, foi apresentado na Câmara dos Deputados um projeto de lei, que legaliza a união entre pessoas do mesmo sexo. A matéria, que ainda tramita no Congresso, faz parte da pauta de reivindicação da comunidade. Em 2001, o governo do Estado de São Paulo aprovou a Lei 10.948, que, nos mesmos moldes da lei anti-racismo, determina pena de multa contra casos de ação violenta, constrangedora, intimidadora ou vexatória, de or-

dem moral, ética, filosófica ou psicológica contra homossexuais. Ou seja, atos como a proibição do ingresso ou permanência em qualquer lugar aberto ao público ou repressão de manifestação de afetividade entre homossexuais passaram a ser crime. “É preciso criminalizar o ódio. Esses atos não podem passar impunes”, diz Pereira. “É uma pena que essa lei seja restrita ao Estado de São Paulo.”

Além das instâncias públicas, o trabalho de associações e organizações não-governamentais tem sido fundamental para melhorar as condições do convívio social dessa classe. Entre tantos outros projetos, a Associação da Parada do Orgulho GLBT realizou, por exemplo, o “Diversidade e Cidadania”, em 2002, com o objetivo de criar redes de apoio e capacitação, onde gays, lésbicas, bi e transexuais pudessem discutir sobre sua sexualidade e aprender sobre seus direitos. Entre os grupos formados há, inclusive, o de pais e mães de homossexuais.

Em Assis, como conta Teixeira, a ONG Neps (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Sexualidade) promove grupos de discussão, exposições, concursos literários. No caso da necessidade de atendimento psicológico, a pessoa é encaminhada à clínica de psicologia da Unesp, onde ele mantém um núcleo de estagiários. “As faculdades de Psicologia não têm disciplina específica para pensar a homossexualidade. Há, no máximo, curso de extensão ou estágios”, observa Teixeira. “A Psicologia ainda é carente nessa área”, opina.

Apesar do progresso, a luta pelos direitos da comunidade GLBT ainda tem muitos obstáculos a enfrentar. Se por um lado o Brasil foi internacionalmente elogiado, por outro, o país pode ser citado como um mau exemplo no que se refere à discriminação e ao preconceito. Estima-se que a cada dois dias um homosse-

xual, geralmente travesti, seja morto no país, vítima de violência. “É preciso entender que o problema a ser tratado não é a homossexualidade, mas sim a fobia”, diz Teixeira. Para ele, que atende homossexuais numa clínica da Unesp, essa questão já está mais esclarecida. Isto é, se no passado a vergonha, o constrangimento e a culpa transtornavam psicologicamente os homossexuais, hoje eles convivem melhor com sua sexualidade por saberem que é a recriminação social que precisa ser curada. “Hoje em dia, não havendo preconceito declarado, a preocupação do homossexual é minimizada. Mas ainda existem os casos em que ele se sente culpado pela sua condição”, diz.

Para Ceccarelli, um dos caminhos indicado para amenizar o drama e a angústia decorrentes da crítica à homossexualidade é compreendê-la além das convenções biológicas, religiosas e sociais. “Ao buscar o prazer, a sexualidade escapa à ordem da natureza e age a serviço próprio ‘pervertendo’ seu suposto objetivo natural: a procriação. Subordinar a sexualidade à função reprodutora ‘é um critério demasiadamente limitado’, já dizia Freud”, explica. Isto vem mostrar à biologia, à moral, à religião e à opinião popular, o quanto elas se enganam no que diz respeito à natureza da sexualidade humana”, diz. Para o presidente da Associação do Orgulho GLBT, a única conquista real até agora foi a visibilidade. “Pelo menos, todos sabem que, enquanto houver alguma democracia, não voltaremos mais para o armário”, diz Nelson Matias Pereira. ●



Copa e loucura

A cada quatro anos o planeta Terra tem um encontro marcado com uma saudável e milionária loucura, quando se realiza a Copa do Mundo de futebol. As cabeças giram enquanto a bola rola. As descargas de adrenalina nos torcedores que trocam as roupas normais pelas de cores que representam seus países atingem níveis perigosos, às vezes incontroláveis. A febre da camisa amarela no Brasil é igual à que toma conta de italianos, franceses, argentinos, alemães, ingleses, que envergam orgulhosos seus "uniformes" azuis, brancos ou vermelhos. E a indústria têxtil desses e de todos os países envolvidos na grande festa do futebol agradece. Camisetas, calções, bandeiras de todos os tipos e nas cores, que representam a "pátria de chuteiras", são produzidas e vendidas aos milhares. Aumentam a procura de mão-de-obra extra e o ganho paralelo.

Mas não é apenas a indústria têxtil, nas fábricas de grande porte ou de fundo de quintal, que diz obrigado à Fifa, organizadora da competição. Também aumentam extraordinariamente a produção e venda de televisores, de rádios, de todo tipo de quinquilharia. E as empresas de turismo engordam suas contas com a movimentação interna e externa. O governo da Alemanha, onde foi realizado o mundial deste ano, espera que ele represente para a economia alemã um crescimento extra de 3 bilhões de euros, cerca de R\$ 8.700 bilhões, nos próximos três anos.

Nada resiste ao embalo que toma conta dos torcedores de toda parte do mundo, em dose maior, é verdade, dos brasileiros. Bancos, montadoras, escolas, repartições públicas, comércio, todos se curvaram diante da paixão pelo futebol. No Brasil, até o Judiciário, de alguma forma responsável pela lentidão com que a justiça é aplicada por aqui, cedeu à força da bola. Todos os demais compromissos tiveram de se acomodar com o que os torcedores tinham nos 90 minutos em que Ronaldinho e Cia, em campo, representavam suas aspirações de vitória. Grandes e pequenas cidades, tumultuadas, antes e depois do apito do árbitro pelo trânsito infernal, pareciam abandonadas, desertas, pelo tempo em que telinhas e telões, em casa, no escritório, em bares exibissem o balé que prende e fascina mais do que qualquer outro espetáculo.

Mesmo nos Estados Unidos, onde o "soccer" ainda está longe de ser o ópio do torcedor, que ainda prefere o esporte jogado com as mãos, utilizando bolas de circunferência maior ou bicudas, a partida final entre Itália e França, alcançou audiência excelente (16.900 milhões de espectadores), superior à da final da NBA disputada um mês antes (13 milhões).

E não se pense que o americano só parou durante a grande final e que o "soccer" jamais entrará em suas veias, porque ainda é da Copa realizada nos Estados Unidos, em 1994, o recorde de público nos estádios: 3.587.538 torcedores, com média de 68.991 pagantes por partida.

Mas, há muito, os mundiais deixaram de ser um espetáculo fechado, para ser visto apenas por um grupo de privilegiados, abonados o bastante para adquirir os ingressos cada vez mais caros. Os brasileiros que não puderam ir ao México para comemorar no lo-

cal a conquista do tri em 1970, viram, pela primeira vez diretamente, os jogos pela televisão. A Copa da França, 28 anos depois, de acordo com números divulgados pela Fifa, foi vista, via satélite, por 37 bilhões de telespectadores, média de 578 milhões por jogo. E a da Alemanha, este ano, alcançou a marca de 33 bilhões para as 64 partidas, média de 515 milhões.

Graças à tecnologia que permite a instalação de telões nas imediações dos estádios, construídos para no máximo 80 mil torcedores, privilegiando o conforto, muitos outros milhares de fanáticos, a turma dos "sem ingresso" podem acompanhar os jogos de suas seleções favoritas em verdadeiros anfiteatros oferecidos gratuitamente muito perto de onde estão sendo realizados. Segundo a Central Alemã de Turismo, a "festa do torcedor" em Berlim marcou a presença de 9 milhões deles vindos de todas as partes, falando os mais diferentes idiomas, entendendo-se e fazendo amizades naquela verdadeira "torre de babel".

...edor" em Berlim marcou a presença de 9 milhões deles vindos de todas as partes, falando os mais diferentes idiomas, entendendo-se e fazendo amizades naquela verdadeira "torre de babel".

Nem todos agiram como anjinhos, nem se esperava por isso. Afinal, eram torcedores e, portanto, sujeitos ao excesso de emoção, às descargas elevadas de adrenalina. Mas, ainda assim, o número de delitos cometidos por torcedores e registrados pela polícia alemã, não passou de 7.875. Irrelevante, na apreciação das autoridades. Foram realizadas 9 mil prisões, a grande maioria apenas preventiva e por poucas horas. Só 38% das ocorrências receberam a classificação de violentas - brigas, vias de fato, roubos -, deixando 872 feridos.

É verdade que os organizadores, as autoridades da Alemanha e dos países onde se concentram os torcedores mais violentos do mundo tomaram providências duras e antecipadas para evitar que eles chegassem até e aprontassem arruaças, como fizeram em outras oportunidades. Mais de 3.600 *hooligans* ingleses e perto de 2.000 *barrabravas* argentinos tiveram seus passaportes presos e foram proibidos de deixar seus países. Muitos dos que conseguiram burlar a vigilância e tentaram chegar à Alemanha, entrando por outras fronteiras, acabaram reconhecidos, presos ou despachados de volta como indesejáveis.

O que faz o mundo parar e ficar de cabeça para baixo durante os 30 dias de bola rolando, sempre foi a paixão que os torcedores têm pelo esporte mais popular da Terra. Mas cada vez mais essa paixão é incendiada pela mídia, pelos agentes de turismo, pelo marketing agressivo que investe milhões, e espera outro tanto de retorno. As liquidações de aparelhos de televisão promovidas pelas grandes lojas, para dar apenas um exemplo, são reflexos de quanto os fabricantes aumentaram suas produções visando o mundial e do quanto deixou de vender com o fracasso do Brasil na competição. Emissoras de televisão, rádio e os jornais impressos dedicam horas e horas de programação e cadernos inteiros sobre a Copa visando manter acesa a paixão dos torcedores, os que os tornam, por consequência, consumidores vorazes.

É nesse turbilhão que os mais jovens vêem nos craques o que gostariam de ser quando crescerem, assumindo-os como seus ídolos. Deuses capazes de todas as proezas e que



não podem falhar. Logo depois da conquista pelo Brasil da Copa de 2002, o garoto Renato Cassol, de pouco mais de 5 anos de idade, sem que os pais soubessem, foi ao cabeleireiro e pediu para que ele cortasse o seu ao estilo Cascão, como havia feito Ronaldo, artilheiro da Seleção Brasileira. Assim como Re-

sem que os pais soubessem, foi ao cabeleireiro e pediu para que ele cortasse o seu ao estilo Cascão, como havia feito Ronaldo, artilheiro da Seleção Brasileira. Assim como Renatinho, outros milhares de garotos, naquele momento, fizeram o mesmo. Mas quando ele voltou ao salão, dois meses depois, e o cabeleireiro lhe propôs manter o corte, a resposta foi não. "Agora só na outra Copa, se ele for novamente o melhor". Como nem Ronaldo, nem Ronaldinho, realizaram os sonhos de seus pequenos fãs, não foram encontrados garotos de cabeça raspada ou com enormes apliques na cabeça e dentes postiços e salientes, para imitar o segundo.

Mais do que os ídolos que gostariam de ser, os adultos vêem nos craques pessoas capazes de vencer grandes batalhas e lhes fazerem felizes. Pelo menos por uns dias, de quatro em quatro anos, no caso dos brasileiros. Não querem que cheguem ao título, mas exigem que alcancem o máximo que podem. O que explica a festa que os torcedores alemães, franceses e italianos, respectivamente terceiros, segundos e primeiros colocados na Copa deste ano, fizeram para suas seleções. Para alemães e franceses, mesmo sem o título, suas seleções deram o máximo, corresponderam às suas esperanças, não os deixaram frustrados. Reações bem diferentes das que tiveram os brasileiros, decepcionados com, no seu entendimento, pí-fio quinto lugar. Tida como a melhor seleção do mundo pelos próprios jogadores, tudo que os torcedores esperavam dela era o título, o hexa. Ou que, no mínimo, não faltasse maior empenho, como muitos dos seus craques admitiram.

A bronca da mídia, que também se sentiu "prejudicada", concentrou suas forças não na perda do título, mas na falta de luta, facilitando a tarefa dos que comandam o futebol no Brasil e, de certa forma, dirigem a massa torcedora. Se faltou empenho, nada melhor para formar a nova geração de ídolos do que alguém que, sem apresentar o futebol arte, construiu sua reputação exatamente por ser um exemplo de luta. Se é um comandante enérgico que o povo quer, concluíram os homens da CBF, aí está Dunga para satisfazê-lo.

José Maria de Aquino

jornalista, comentarista esportivo e palestrante, trabalhou na TV Globo, Sport TV e Jornal Terra.

Psicologia latino-americana ganha maior identidade com III Seminário Internacional no México

O encontro Diálogos Latino-americanos permitiu o intercâmbio acadêmico, cultural e a abordagem das realidades desses povos, além de discutir formas de organizar melhor a profissão.

A identidade da Psicologia latino-americana ganha contornos mais definidos toda vez que os profissionais desde a Patagônia argentina ao Rio Bravo, no México, se reúnem. E foi o que aconteceu após III Seminário Internacional Diálogos com a Psicologia Latino-americana, realizado no México, do dia 22 de maio a 2 junho deste ano. Wanda Junqueira de Aguiar, professora do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Educação PUC SP, que participou do encontro, percebeu que havia uma confluência, um interesse em comum sobre vários assuntos, em particular sobre a adolescência. "Professores de países diferentes apresentaram pesquisas que abordaram essa mesma temática", disse. "Depois de minha fala, apareceram muitas perguntas que revelaram que eles estavam investigando aquele assunto também. Foi isso que caracterizou o diálogo."

Participaram do III Seminário Internacional 81 instituições de Psicologia, 12 psicólogos de sete países (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Cuba, Peru e México) que, por duas semanas, circularam por 24 cidades mexicanas discutindo, intercambiando conhecimentos e pesquisas, construindo vínculos e convênios, e, sobretudo, fortalecendo as formas de organização dos psicólogos latino-americanos. Pelo Brasil, além de Wanda Junqueira, estavam presentes a presidente do Conselho Federal de Psicologia, Ana Mercês Bahia Bock, e Ângela Maria Almeida, pesquisadora e coordenadora da Psicologia Social da Universidade de Brasília.

Ana Bock comenta que com os Diálogos se procurou avançar e ampliar o compromisso social da Psicologia, trabalhando pela construção de uma profissão que possa contribuir para que haja condição de vida mais digna. "Isso só é possível com o fortalecimento de uma Psicologia na América Latina para a América Latina, porque são países que têm realidades semelhantes, com suas particularidades, mas problemáticas bem parecidas: extermínio do índio e do negro, a pobreza, o desemprego, crianças que vivem em situação de risco nas ruas, famílias com dificuldade de se organizar por conta da luta pela sobrevivência, a violência que se configura de forma parecida nesses países", afirma Ana Bock.

Para a presidente do CFP, é possível, com esse conjunto de similaridades, conversar sobre essas realidades, construir uma Psicolo-

gia que dê conta desse quadro. "Se a busca de explicações é ampliada para a América Latina, você tem um contingente muito maior de pesquisadores, de pessoas nessa produção, o que fortalece e enriquece a tarefa", argumenta. Ana diz que, no México, esses Diálogos se tornaram a principal ferramenta para se pensar a organização dos psicólogos, o fortalecimento e aproximação das entidades. "É uma forma eficiente de colocarmos a produção feita na América Latina no nosso campo da Psicologia. Estávamos muito habituados a referências da Europa e dos Estados Unidos e com poucas possibilidades de mudar esse cenário", afirma.

A psicóloga Wanda Junqueira, que integrou esse grupo de profissionais e pesquisadores que investigaram e trocaram informações e experiências nos vários campos da Psicologia, acredita que os debates foram bem desenvolvidos, gerando boa participação da comunidade acadêmica. "Havia ali uma grande preocupação com as mudanças sociais, em como contribuir para um mundo mais equânime", disse. Wanda afirmou que estudantes, professores e pesquisadores tinham muito interesse em dissecar abordagens relacionadas à juventude no Brasil, as formas de como lidamos com a questão das drogas, violência, o desemprego e a preservação do meio ambiente.

Em razão desse interesse, é possível que seja produzido um livro sobre adolescência latino-americana. Ela adiantou que a obra deverá ser resultado de ampla pesquisa que vai analisar fenômenos que envolvam o adolescente do Brasil, as populações altiplânicas na Bolívia e as nações indígenas do México, por exemplo. "Isso é interatividade de conhecimento", destacou.

Essa não seria a única forma de integração. Outra possibilidade é o intercâmbio de alunos. "Com esses Diálogos, os alunos demonstraram vontade de realizar o mestrado no Brasil. É preciso que tanto nossos alunos possam ir para lá, como os deles venham para cá. É algo interessante, pois são nossos futuros pesquisadores", disse.

Outro aspecto que chamou a atenção de Wanda Junqueira foi a importância do Brasil como modelo de organização dos psicólogos. "Nos diversos espaços em que estive presente, as formas de organização dos psicólogos e de enfrentamento das situações

profissionais propostas pelos Conselhos de Psicologia foram muito discutidas e valorizadas", revelou.

Para Wanda Junqueira, o evento possibilitou uma maior perspectiva de estreitamento das relações da Psicologia na América Latina, no âmbito da produção de conhecimento, das questões profissionais e das formas de organização. ●

Os Diálogos começaram, em 1999, no Brasil, e se estenderam a outros países do continente com a proposta de estimular e possibilitar a integração da Psicologia como ciência e como profissão. A idéia é sempre levar para o país organizador do evento profissionais - principalmente pessoas de universidade que realizam pesquisas -, Conselhos, entidades de Psicologia, para um diálogo sobre o que está se produzindo em torno de determinados temas.

Depois do Brasil, o México realizou três edições (2002, 2004 e 2006). A Ulapsi está convocando para o próximo encontro Diálogos Latino-americanos que acontecerá, em abril de 2007, na Bolívia, nas cidades de Cochabamba, La Paz, Santa Cruz, Chuquisaca, Tarija, Oruro, Potosí e Beni. Quem organiza é o Centro de Estudios Transdisciplinarios da Bolívia.

Escritos de Louis Le Guillant – da ergoterapia à psicopatologia do trabalho

É trabalho de grande responsabilidade comentar o livro *Escritos de Louis Le Guillant – da ergoterapia à psicopatologia do trabalho*. Primeiro, pela importância do autor no pensamento dos pesquisadores e profissionais que atuam no campo da Saúde do Trabalhador – seu texto mais conhecido no Brasil, “A Neurose das Telefonistas”, publicado anteriormente na Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, tornou-se literatura obrigatória para quem quer que pretenda desvendar as complexas relações entre saúde mental e trabalho. Em segundo lugar, porque se trata de um livro presente lançamento, pouco acessível ao leitor brasileiro, já que não possuía tradução em português.

O grande psiquiatra francês questionava a Psiquiatria de seu tempo, tendo sido “um dos fundadores do movimento denominado Psiquiatria Social, que emergiu na França a partir de 1945 e do qual participaram os principais teóricos que contribuíram para a construção do campo da Saúde Mental e Trabalho (SM&T) naquele país” (p.7).

Um acontecimento, relatado no capítulo “Uma experiência de readaptação social”, parece tê-lo marcado profundamente, bem como servido de subsídio para toda a sua obra. Trata-se da experiência de soltura de inúmeros pacientes de um hospital psiquiátrico francês por conta do perigo representado ao estabelecimento pelos ataques alemães durante a segunda guerra mundial. Outros tantos pacientes evadiram do hospital na mesma ocasião. Muitos dos pacientes evadidos ou libertados conseguiram “uma surpreendente adaptação social” (p.78), apesar do período conturbado pelo qual passava o país: “33 pacientes em 89 (37%) libertados sob a pressão de circunstâncias acidentais – e contrariamente ao parecer do médico que os atendia – mostraram-se aptos a viver em liberdade. A internação desses pacientes deixara de ser indispensável do ponto de vista tanto de sua assistência, quanto da preservação social” (p.78). Depois desses impactantes resultados, Le Guillant passa a implementar a prática das saídas autorizadas em um hospital pelo qual era responsável, prática essa que reitera, em linhas gerais, os resultados obtidos anteriormente.

Esses eventos parecem consolidar e ampliar um questionamento que atravessa sua obra: quais são os determinantes do sofrimento mental? A Psiquiatria de

seu tempo respondia majoritariamente a essa questão apontando fatores endógenos ou constituídos nas relações instauradas na primeira infância, descartando quaisquer fatores psicossociais presentes nessa determinação. Mas como explicar, a partir dessa premissa, a adaptação de tantos pacientes, diagnosticados como portadores das mais diversas psicopatologias e inábeis para o convívio social, à vida fora do manicômio? Como entender que muitos internos têm seu quadro crônico, sendo esquecidos pelos médicos? Como entender a melhora substancial que os pacientes vivem através de sua inserção em oficinas de trabalho, a Ergoterapia? Se a patologia é endógena ou constituída na primeira infância, como pode ser alterada de modo tão radical a partir de mudanças efetivadas na vida das pessoas, na sua inserção institucional, com a saída do manicômio? Se a “doença mental” é do sujeito, intrínseca a ele, como entender sua radical transformação quando muda o contexto no qual o sujeito se insere?

A partir desses questionamentos, o autor busca construir uma “Psicopatologia Social”, buscando compreender a influência das condições de vida e trabalho sobre a saúde, tecendo o percurso que o levou da Ergoterapia à Psicopatologia do Trabalho. Os textos sobre a relação entre sofrimento mental e trabalho arrolados nesta obra são realmente fascinantes, tanto que apresentarei alguns deles, sucintamente, ao leitor: “A neurose das telefonistas”, pesquisa que guarda impressionante atualidade, versa sobre uma espécie de sofrimento vivida até hoje pelas (os) sucessoras (es) daquela categoria de trabalhadores, os que trabalham atualmente com *teleshopping* (*telemarketing*, atividades de atendimento ao cliente, etc); “Incidências psicopatológicas da condição

de ‘empregada doméstica’” e “O caso das irmãs Papin” desvelam o universo do sofrimento mental das empregadas domésticas na sua íntima relação com sua jornada diária de humilhações e com o ressentimento daí advindo, trazendo para o interior da psicopatologia do trabalho fenômenos de ordem psicossocial; “O caso de Marie L.” é um belo exemplo de estudo de caso no qual são consideradas as múltiplas determinações do sofrimento mental e o cuidado de apresentá-las em sua complexidade; “Algumas observações metodológicas a propósito da neurose das telefonistas” apresenta elementos referentes ao método de busca dessa multiplicidade de determinações.

Le Guillant conclui, portanto, que o sofrimento mental é multideterminado e que o trabalho ocupa lugar central nessa determinação. O método e a metodologia de investigação que adota vão contra a idéia de homem abstrato que subjaz a tantas pesquisas, contra uma concepção organicista de sofrimento mental, contra uma visão funcionalista de sociedade, que exclui o conflito de classes de seu arcabouço de compreensão da realidade, contra a idéia de uma ciência neutra e descomprometida com os interesses e necessidades de grupos sociais. Afirmava tudo isso contra os psiquiatras de seu tempo. A mensagem que transmite deve ser ouvida, porém, por muitos psicólogos dos tempos atuais, que, muitas vezes, reduzem o político ao psíquico, entendendo como sendo inerentes aos sujeitos, fenômenos produzidos socialmente.

Renata Paparelli

docente e supervisora de estágios de Saúde do Trabalhador da Faculdade de Psicologia da PUC/SP e doutoranda em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da USP.



Escritos de Louis Le Guillant – da ergoterapia à psicopatologia do trabalho

Estante

A mulher de 40 anos – Sua sexualidade e seus afetos

Regina Beatriz de Resende Silva (autora). A obra mostra que a passagem pelos 40 anos não significa necessariamente uma etapa de sofrimentos. Muitas mulheres costumam relacionar essa idade a um período de crise, o que pode acontecer. Mas é necessário entender que crise pode ser também um momento para se organizar e planejar um amanhã melhor. É hora de movimentar, de provocar mudanças. Sair de onde se está. Essa etapa pode ser vivida de inúmeras maneiras. Rever valores, usufruir de possíveis conquistas, 'dar revolta' e se atentar às coisas deixadas de lado – tudo isso pode vir a ser uma opção de vida. É importante que a mulher de 40 não encare a idade como fator de diminuição do prazer sexual. É equivocado pensar que a sexualidade começa na puberdade e termina na menopausa. Em seu aprendizado sobre a sexualidade, ela deve saber que a sua sedução está no olhar, e que não envelhece nunca. 115 páginas - R\$ 23,50. Gutenberg Editora - 2006. Tel: (11) 3151-2272.

Psicologia social - método histórico-social na psicologia social

Angelo Antonio Abrantes, Nilma Renildes da Silva, Sueli Terezinha Ferreira Martins (organizadores). Este livro contém a indignação com a degradação humana e sua denúncia, e exprime o indissociável processo de conhecer e atuar sobre a realidade, projetando, como possibilidade histórica, a emancipação humana. Representa, por um lado, um processo de criação elaborando no decorrer de gerações, que possibilitou o seu conteúdo de intenções e insatisfações, de vontade e revolta, de anseios e angústias e, por outro, é histórica de um singular grupo humano que procura fazer, pensar e comunicar uma prática pautada pela insatisfação com a atual estrutura social e suas conseqüências na configuração das subjetividades humanas. 156 páginas - R\$ 22,50. Editora Vozes - 2005. Tel: (11) 6693-7944.

Psicoterapia aberta – o método do psicodrama, a fenomenologia e a psicanálise

Wilson Castello de Almeida (autor). Almeida percorre as idéias de Jacob Levy Moreno, sistematizando suas teorias para identificá-las com a fenomenologia existencial. Ele aborda o tema com duplo objetivo: mostrar aproximações entre terapias co-irmãs, que têm em comum o caminho para a coerência e a unidade, e ressaltar as propostas

fundadoras do psicodrama. O apuro didático do livro oferece um enriquecimento teórico aos que se iniciam e um estímulo à reflexão aos que já conhecem a matéria. Dirigido a profissionais da área psi, psicoterapeutas e estudiosos das ciências psíquicas e humanas, Psicoterapia aberta, como todos os textos do autor, é uma leitura agradável e proveitosa. 196 páginas - R\$ 36,90. Editora Ágora - 2006. Tel: (11) 3872-3322.

Avaliação psicológica e lei: adoção, vitimização, separação conjugal, dano psíquico e outros temas

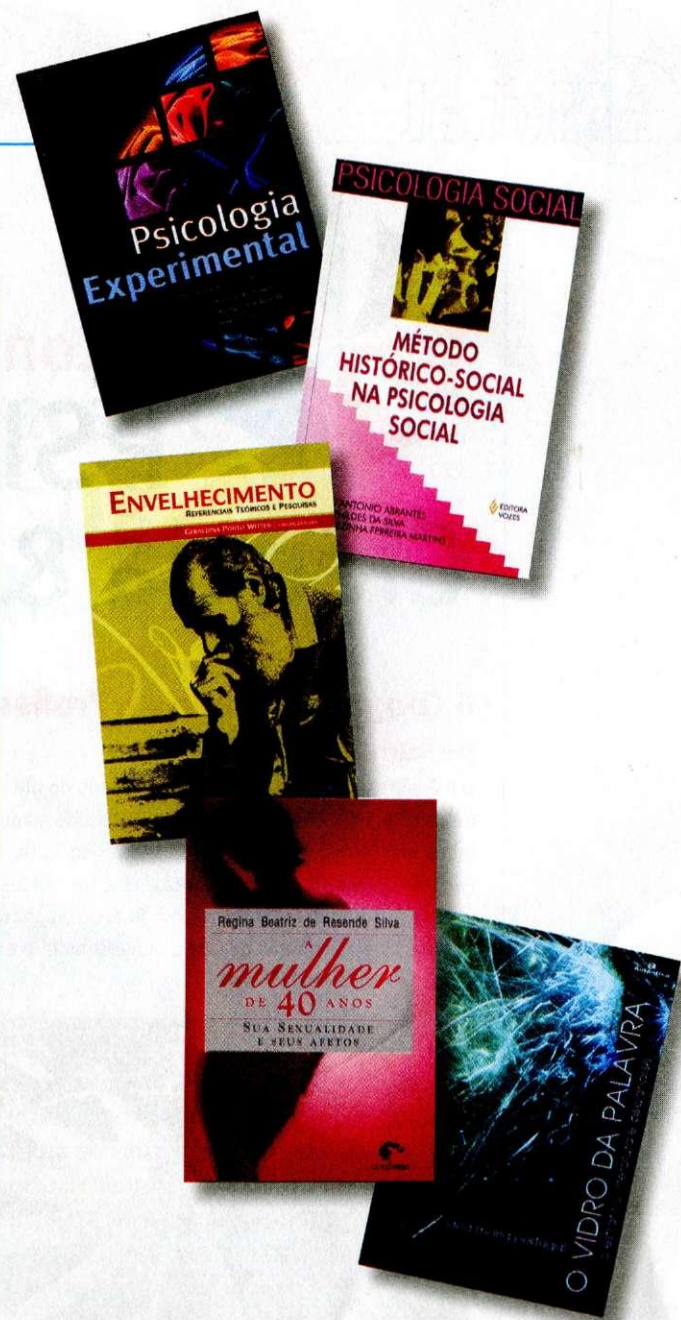
Sidney Shine (organizador). A coletânea de textos, elaborados por psicólogos jurídicos, apresenta diversas práticas interdisciplinares, individuais e coletivas, construídas nos foros dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, trazendo ao público importante contribuição para o estudo da arte da psicologia jurídica brasileira. Essa especialidade refere-se à prática e ao conhecimento psicológicos, desenvolvidos na intersecção com o Direito, em diversas áreas. Nesse livro, são enfocadas as questões relacionadas, sobretudo, aos âmbitos de infância e juventude, aos da família e sucessões, e ao da mulher. Os autores tecem comentários sobre os procedimentos adotados nas situações avaliadas, compreendendo-as como expressões da realidade social que, no âmbito do Judiciário, são documentadas nos processos judiciais, guardando a complexidade dos conflitos e das rupturas nas relações interpessoais e na subjetividade. Para eles, cabe ao psicólogo jurídico, mais que a elaboração de laudos e de relatórios na condição de perito, lidar com as pessoas, seus sentimentos, ressentimentos e expectativas trazidas em complexas teias de discussão – cujos sentidos somente a escuta e o olhar atentos e acolhedores podem decifrar. 245 páginas - R\$ 32,00. Casa do Psicólogo Editora - 2005. Tel: (11) 3034-3600.

Envelhecimento : referenciais teóricos e pesquisas

Geraldina Porto Witter (organizadora). É uma obra que preenche, de alguma forma, lacunas no estudo da velhice ou do envelhecimento. Não é revolucionária, porém contribui muito para que pessoas de diferentes formações e idades tenham uma fonte organizada para melhor se entender o que é um idoso e como ele vive, nessa fase, a sua mudança de posição na sociedade. Todos temos muitas idéias sobre o "envelhecimento" e a nossa conduta quando formos velhos. Todos que sobrevivem a tantos obstáculos da vida chegam, de alguma forma, à velhice. Precisamos, entretanto, de referenciais para que se saiba ser velho. Essa obra, baseada em uma quantidade significativa de pesquisas e análises do velho e do envelhecimento, é, portanto, um auxiliar para o processo inexorável de nascer, crescer e envelhecer. 300 páginas - R\$ 35,00. Alínea Editora - 2006. Tel: (19) 3232-9340.

Entre o espetáculo, a festa e a argumentação: mídia, comunicação estratégica e mobilização social

Rennan Mafra (autor). Visibilidade, convocação, participação, comunicação – questões que instigam e permeiam os processos de mobilização social. Em que medida ações espetaculares se inserem nesses momentos? Quais as possibilidades tem a festa com vistas ao engajamento coletivo? Como os sujeitos são envolvidos nos processos mobilizadores em momentos argumentativos? Não por acaso tais questões representam o tema central deste livro, discutidas aqui particularmente a partir da relação entre mídia, comunicação estratégica e mobilização social. O autor propõe pensar como dimensões de espetáculo, festa e argumentação, enquanto processos comunicativos instauram relações e modalidades de participação e interação com os sujeitos. 191 páginas - R\$ 29,00. Autêntica Editora - 2006. Tel: (11) 3151-2272.

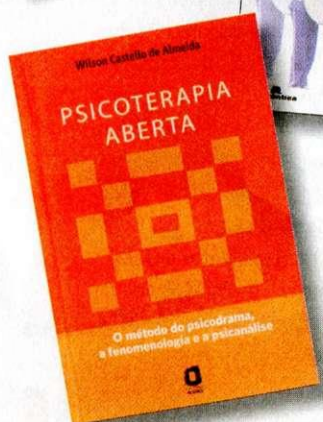
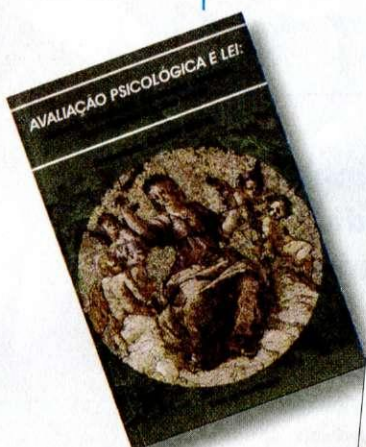


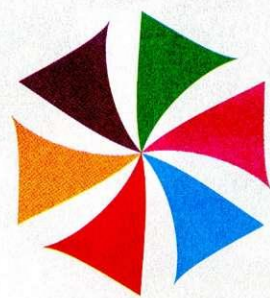
O vidro da palavra – o estranho, literatura e psicanálise

Ana Maria Portugal (autora). Para Walter Benjamin, o vidro representa a transparência, a renúncia à intimidade e à subjetividade. Para Maurice Blanchot, é a separação necessária, o impedimento da utilização dos objetos de prazer e interesse; o vidro é a estranheza. E se chama "Das Unheimliche" ("O Estranho") ensaio de Sigmund Freud, de 1919, tomado pela autora como fio condutor de sua pesquisa. Entendendo a literatura como representação exacerbada da experiência humana, Ana Maria Portugal debruça-se sobre a afinidade de Freud com a literatura. Neste livro, o estranho figura como objeto limite entre a literatura e a psicanálise. Freud lança mão do texto literário não só para ilustrar alguma questão teórica, mas também como possibilidade de enunciá-la ou introduzi-la. As referências literárias do pai da Psicanálise são analisadas por intermédio de intelectuais do século XX: Benjamin, Barthes, Borges e Blanchot. Outro nome que aparece neste livro, com menção aos seus textos atemporais é Shakespeare, com Hamlet e Macbeth, entre outros. Com a proposta de rastrear as relações entre a teoria da Psicanálise e a ficção, a autora indaga: o trabalho poético é essencial para a teoria e a clínica do incosciente? E em que medida o incosciente como o estranho pode esclarecer algo do trabalho poético? 174 páginas - R\$ 35,00. Autêntica Editora - 2006. Tel: (11) 3151-2272.

Psicologia experimental – Psicologia para compreender a pesquisa em Psicologia

Os autores buscaram dar um tratamento integrado à Psicologia experimental por meio de um elo contínuo que une metodologia e conteúdo. A organização em tópicos facilita o aprendizado e o equilíbrio entre conceitos, teorias e exemplos, possibilitando ao leitor um aprendizado integrado ao tema. Há recursos didáticos variados, como a seção Psicologia em Ação, que discute, entre outros temas, a ação terrorista de 11 de setembro da perspectiva da psicologia experimental e conduz o estudante a reflexões sobre temas contemporâneos. A obra apresenta ainda resumo dos pontos principais, termos-chave, revisão e questões para discussão no final de cada capítulo. 595 páginas - R\$ 98,50. Thomson Learning Edições Ltda - 2006. Tel: (11) 3665-9900.





II Congresso Brasileiro PSICOLOGIA: Ciência & Profissão

II Congresso Ciência e Profissão recebeu mais de oito mil pessoas

O II Congresso Ciência e Profissão, realizado do dia 5 a 9 de setembro, mobilizou cerca de 8.600 pessoas, entre psicólogos, pesquisadores e estudantes de graduação. Estavam presentes representantes de todos os Estados brasileiros, e 14 países – Chile, México, Cuba, Venezuela, Colômbia, Peru, Uruguai, Paraguai, Argentina, Portugal, Espanha, Canadá, França e Estados Unidos, que circularam nos corredores dos 12 andares da Uninove, onde ocorreram as palestras. No final do dia, houve atividades no Memorial da América Latina. No evento, 20 estandes de editoras de livros, universidades e entidades foram instalados para atrair os participantes.



Atividades em profusão

O elevado número de trabalhos e pesquisas apresentados foi um termômetro da intensidade de idéias que circularam no II Congresso Ciência e Profissão. Nos cinco dias de congresso, os participantes tiveram acesso a 79 cursos ministrados por professores convidados por entidades de Psicologia. Houve ainda 338 mesas-redondas e 176 simpósios, reunindo pesquisadores e profissionais em torno de um mesmo tema a partir de visões teóricas diferentes, o que favoreceu o debate. Ocorreram também 50 simpósios "Ciência e Profissão" que foram apresentados por entidades para discutir aspectos do conhecimento e da prática profissional.

As apresentações individuais ficaram por conta das 54 conferências, espaço para que um profissional abordasse sua especialidade. Aconteceram também 162 discussões no "Conversando sobre...", a cerca de temas específicos apresentados de modo mais informal por um especialista sobre um tema teórico-conceitual, pesquisa, questões ou projetos da Psicologia. Houve também 73 relatos de experiência profissional e de pesquisa, enfocando a metodologia, procedimento e técnicas de trabalho, no espaço "Como eu faço...". Além disso, aconteceram 2.767 pôsteres - apresentações realizadas em forma de painéis impressos, inscritos por participantes do evento.

Escultura humana

O ponto alto do II Congresso aconteceu no dia 7 de setembro. Três mil participantes fizeram uma escultura humana, formando o símbolo da Psicologia no pátio do Memorial da América Latina. Foi uma rara demonstração de identidade de uma categoria com sua profissão. De um helicóptero, foi tirada uma foto da "escultura". A fotografia será a imagem oficial do III Congresso Ciência e Profissão, em 2010.

Agenda cultural

Em todos os dias do II Congresso Ciência e Profissão, foi montada uma programação cultural com espetáculos musicais no auditório do Memorial da América Latina. No dia 6, apresentou-se o Coral Zíper na Boca. Regido pela maestrina Vivian Nogueira, o coral é constituído por alunos, funcionários e professores das diversas áreas da UNICAMP. No dia 7, tocou a Banda de Pífanos de Caruaru. Os irmãos Sebastião e Benedito Biano, arrimo da banda, são considerados um dos grupos mais importantes do gênero. Dia 8, foi a vez do violeiro Paulo Freire, ganhador do Prêmio Sharp como revelação instrumental, além de ser um ótimo contador de "causos" da cultura brasileira. E o II Congresso foi encerrado com a apresentação do Núcleo de Samba Cupinzeiro, um projeto cultural que pesquisa, compõe e toca o samba tradicional brasileiro.

I Encontro com Psicólogos em RH

Tem-se observado uma ampliação da participação de psicólogos na área Organizacional e do Trabalho, exigindo acompanhamento por parte do CRP SP, reflexão e atualização constantes desses profissionais sobre suas possibilidades de intervenção. Em razão da procura, será realizado o I Encontro com Psicólogos em Relações Públicas para discutir a atuação do psicólogo nesse campo, no que se refere a aspectos éticos, alcances e limites. O evento será aberto a psicólogos e estudantes de Psicologia. Em breve, o Conselho divulgará a programação com abertura de inscrições no site www.crp.org.br. O evento acontecerá, no dia 16 de dezembro, das 9h às 13h, no auditório do CRP SP, rua Arruda Alvim, 89, São Paulo. Reserve a data em sua agenda! Participe!

Manifesto pela Reforma Psiquiátrica repudia posição da Associação Brasileira de Psiquiatria

Sete entidades da Psicologia lançaram, no dia 22 de agosto, um manifesto pela Reforma Psiquiátrica e em resposta à manifestação da Associação Brasileira de Psiquiatria, que em artigo, no jornal "O Globo, defendeu a manutenção dos hospitais psiquiátricos. O manifesto diz que, abusando de falácias, o artigo, assinado pelo presidente da ABP, Dr. Josimar França, advoga na contração das tendências mundiais, a favor dos feudos corporativos e contra o incômodo fim dos privilégios dos empresários da Psiquiatria, que se utiliza destes estabelecimentos como campo privilegiado para experimentos locais, teleguiados pela indústria farmacêutica mundial.

O manifesto revela que o sistema psiquiátrico continua a ter denúncias sistemáticas e bem documentadas de violações aos direitos humanos nas instituições psiquiátricas, que vêm chegando ao conhecimento público - desde a terrível situação de Barbacena, em 1979, até a publicação recente sobre mortes ocorridas em sinistros hospitais brasileiros.

Fatos como esse motivaram o Conselho Federal de Psicologia a pedir, recentemente, o fechamento do Hospital Psiquiátrico Dr. Milton Marinho, em Caicó, Rio Grande Norte. O governo concordou. O Brasil, inclusive, foi há pouco tempo condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos das Organizações dos Estados Americanos pela morte de um interno em 1999.

O manifesto ressalta que ao contrário do que defende a ABP, modelos assistenciais substituídos aos hospitais psiquiátricos, guiados pela lógica do cuidado, da inclusão e da reinserção social, demonstram sua viabilidade e eficácia - a começar pelo exemplo de Santos, em 1989, até experiências atuais e atuantes, nos mais diversos locais do país. Isso graças também à atuação firme e constante dos movimentos sociais e das entidades profissionais, cobrando do poder público seu compromisso com a efetivação de uma Reforma Psiquiátrica verdadeira.

Assinaram o manifesto o Conselho Federal de Psicologia, Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho, Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, Associação Brasileira de Psicologia Social, Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar.

A íntegra do manifesto pode ser lida no site do CRP SP (www.crp.org.br).

Conselho de Psicologia inaugura novo prédio para a subsede do Grande ABC

O Conselho Regional de Psicologia ganhou nova sede para a Subsede Grande ABC no dia 27 de agosto, em Santo André, na data do Dia do Psicólogo. O complexo fica na Rua Almirante Tamandaré, 426, bairro Jardim Bela Vista, e dispõe de um auditório com capacidade para 84 pessoas, sala de pesquisa com acervo doado pela Diretoria do CRP SP e duas salas para reuniões, orientações e atendimento aos psicólogos e entidades. O evento teve as presenças da presidente do CRP SP, Maria da Graça Marchina Gonçalves, da presidente do Conselho Federal de Psicologia, Ana Mercês Bahia Bock, do prefeito de Santo André, João Avamileno, e de professores representantes das universidades da região, além dos psicólogos que puderam conhecer a nova sede e participar das atividades culturais que ocorreram durante todo o dia.

Fórum congrega entidades sociais e discute radiodifusão digital no interior de São Paulo

O Fórum Nacional de Democratização (FNDC), do qual o CRP SP participa, realizou, nos dias 5 e 19 de agosto, seminários em Campinas e Bauru, respectivamente, para estimular as organizações sociais dessas regiões a formar comitês em prol de discussões sobre meios de comunicação e radiodifusão comunitária. Para formar esses comitês, é necessária a união de cinco entidades da região. O Fórum congrega entidades da sociedade civil para enfrentar os problemas da área das comunicações no país. O público-alvo do projeto são sindicatos, conselhos, estudantes de comunicação, partidos políticos, entre outras organizações sociais.

Segundo Terlânia Bruno, diretora do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e membro do Comitê Paulista do FNDC, muitas rádios privadas e comunitárias se posicionam politicamente, demonstrando a importância das discussões. Já são 12 comitês em todo o país. Após as eleições em outubro, seminários serão realizados em Santos e São José do Rio Preto.

CRP SP e Faculdade de Saúde Pública firmam parceria para realizar pesquisa sobre o psicólogo nos planos de saúde

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo firmou, em junho, parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário (CEPEDISA) da Faculdade Pública de Saúde da USP para realizar pesquisas sobre a atuação do psicólogo na saúde suplementar. A partir do levantamento de informações e estudos, será possível subsidiar as entidades da Psicologia na elaboração de propostas a serem apresentadas à Agência Nacional de Saúde (ANS). A idéia é encontrar meios de quebrar resistências legais e culturais do setor e inserir o atendimento psicológico nos planos de saúde. Pelos dados de 2004, a grande maioria das operadoras de saúde (70%) não incluía o atendimento psicológico em sua relação de serviços. A pesquisa que será feita pela CEPEDISA deverá ser concluída em seis meses e incluirá a identificação de normas jurídicas aplicáveis à questão do

Com o lançamento de vídeos que compõem a obra "O Legado da Psicologia para o Desenvolvimento Humano", a Academia Paulista de Psicologia, com o apoio do CRP SP, comemorou, no Salão de Leitura da Biblioteca, na USP, no dia 28 de agosto, o Dia do Psicólogo. A produção retrata a contribuição da Academia para a história da ciência psicológica no Brasil. São depoimentos de 10 psicólogos membros da Academia que relatam suas experiências pioneiras no campo profissional do país em três DVDs.

O propósito do projeto é divulgar e colocar à disposição dos usuários das bibliotecas pertencentes à Rede de Bibliotecas da Área de Psicologia (ReBAP), psicólogos, através dos Conselhos de Psicologia, e à comunidade em geral, as memórias da Psicologia. Os DVDs poderão ser adquiridos na Academia Paulista de Psicologia, pelo valor de R\$ 80,00. Informações: (11) 38621087 / Fax: (11) 36758889 - e-mail: juanaidyl@uol.com.br

CRP SP realiza o seminário Cidadania Ativa

Nos dias 9 e 10 de novembro, acontecerá o seminário "Cidadania Ativa na Prática", uma iniciativa do CRP SP com a parceria com o SESC - Santo André. O evento tem a intenção de promover a disseminação de novas metodologias no contexto da construção da democracia e da participação cidadã. Pretende também aproximar diferentes campos do saber, reafirmando a transdisciplinaridade que caracteriza o tema, articulando em especial a Psicologia e a Animação Sócio-cultural, além de contribuir para o fortalecimento de redes de instituições e organizações envolvidas com o tema.

O seminário terá palestras, conferência internacional, oficinas visando à transmissão de metodologias e apresentações artísticas de caráter interativo, assim como exposição de pôsteres. A apresentação de trabalhos, no formato de pôster, estará acessível a todas as organizações interessadas em relatar suas práticas de promoção da cidadania e animação sociocultural. A inscrição poderá ser feita no site do Conselho (www.crsp.org.br) até o dia 15 de outubro.

CRP SP esteve em encontro da Abrasco e participa dos debates sobre Reforma da Política em Saúde Mental

A Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco) e a World Federation of Public Health Associations, realizou, do dia 21 a 25 de agosto, o 8º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva e o 11º Congresso Mundial de Saúde Pública, no RioCentro, Rio de Janeiro. Os eventos contaram com a presença do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva que recebeu de representantes do Fórum da Reforma Sanitária a carta de compromisso "O SUS pra valer: universal, humanizado e de qualidade". O CRP SP esteve representado por conselheiros e colaboradores responsáveis pelo Núcleo de Saúde do Conselho que atuam na saúde mental, na saúde do trabalhador, na saúde suplementar, na orientação e fiscalização e nos conselhos de controle social.

Os representantes do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo participaram de importantes debates, dentre os quais a Reforma Psiquiátrica. Na ocasião, foi distribuído o manifesto público em defesa da Reforma Política em Saúde Mental. O manifesto encontra-se no site do Conselho (www.crsp.org.br)

IV Prêmio Arthur Bispo do Rosário

Como parte do calendário do IV Prêmio Arthur Bispo do Rosário, foram realizadas 19 oficinas no Estado de São Paulo, nas diferentes regiões e nas diferentes categorias do prêmio (esculturas/instalações, pinturas e artes plásticas em geral, fotografias/imagens, poesias/textos). Todas as oficinas foram coordenadas por um artista. Na cidade de São Paulo, aconteceram duas: uma de pintura na Marquise do Parque do Ibirapuera e outra de poesia no Auditório da Sede do CRP SP.

Organizadas pelo CRP SP, essas oficinas foram abertas a todos, usuários dos mais diversos serviços de saúde mental e não usuários, como forma de rever a concepção, muitas vezes preconceituosa, acerca de quem é a pessoa com sofrimento psíquico grave. A premiação dos trabalhos acontecerá em dezembro.

Informações sobre a premiação
(11) 3061-9494 ramal: 129, 151 ou 317
ou pelos e-mails: infoeventos@crpsp.org.br e secretaria.eventos@crpsp.org.br

INFORME PUBLICITÁRIO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA E ACUPUNTURA

Curso de Formação em Acupuntura Tradicional



Curso reconhecido pela SOBRAPA e COFEN Portaria nº 021/2004
CNPJ 05194742/0001-19 CRPSP-PJ 2557

matrículas abertas

Centro de excelência, referência nacional na utilização da acupuntura pelo psicólogo, atuando na área desde 1986

Visite o site:
www.psicologiaeacupuntura.com.br
Rua Cuiabá, 229 - Mooca - tel: 011 6604-3367

CEP CENTRO DE ESTUDOS PSICANALÍTICOS Inscrições abertas para:
CURSO DE FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE
*Credenciado pelo Conselho Federal de Psicologia
Coordenação: Ernesto Duvidovich (CRP06/07745-1)
Walkiria Del P. Zanoni (CRP5039/6.a)
Início: 27/03/07 e 04/04/07 • Duração: 3 anos
Horários: 3ª feira: das 19h30 às 22h30 ou 4ª feira: das 18h às 21h
Informações pelos telefones: 11 3864-2330 / 3865-0017 ou
www.centropsicanalise.com.br / cep@centropsicanalise.com.br

CEP - Centro de Estudos de Psicologia

Curso: Técnicas Expressivas para Liberar o Emocional Reprimido - Abordagem de A. Lowen
Objetivo: Aprender a solucionar o conflito psicológico usando técnicas expressivas que ajudam a liberar a emoção reprimida, em conjunto com a análise.

Programa • Medo, raiva e tensão crônica • Respiração e Grounding. Prática
• Como o corpo reprime a emoção • Uso no medo, raiva e pânico
• Como liberar a emoção reprimida • Técnicas expressivas. Prática

Data e horário: 10/OUT/06 a 12/DEZ/06, às 3ª feiras, das 14 às 17 hs

Local: Av. Jabaquara, 2002 - conj. 12 - Metrô Saúde - São Paulo - SP

Apresentador: Gounod Oliveira Jr. - Psicoterapeuta e Psicodramatista - CRP 3362/6ª

Investimento: R\$ 250,00 ou 2 parcelas de R\$ 125,00

* Prazo de inscrição: * Até 3 de outubro de 2006, pelo fone: 5594-4173

Próximo curso: Técnicas de Relaxamento em Psicoterapia. Início: 19/OUT/06 às 5ª feiras, das 14 às 17hs.

DISQ FREUD

Obras completas 24 vols. imago

promoção capa dura 4x 270,00

capa mole 4x 190,00

Atendemos a todo Brasil

Entregamos a domicílio | SP (11) 8236-6305